



No primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte, realizou-se, pelas dezasseis horas e trinta e cinco minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pela Sra. Presidente da Câmara Maria das Dores Marques Banheiro Meira e na mesma estiveram presentes o Sr. Vice-Presidente Manuel Joaquim Pisco Lopes e os Srs. Vereadores Fernando Jorge de Oliveira Paulino, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, Paulo Alexandre Cruz Lopes, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ricardo Jorge Fialho Oliveira, Sandra Marina Lopes Frota Gomes e Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira.

O Sr. Vereador Jorge Manuel Lampreia Patrício esteve presente, em substituição do Sr. Vereador Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, ficando o pedido de substituição e o documento de verificação de identidade e legitimidade de membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 e 2.

Secretariou a reunião, de acordo com n.º 3, do Artigo 24.º, do Regulamento da Organização de Serviços em vigor, o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio.

A Ordem de Trabalhos da reunião, entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2, do Artigo 25.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 3.

Índice

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
 - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação).**
 - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia.**
- B) Período da Ordem do Dia**
 - 1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 03 de junho de 2020.**
 - 2. Deliberação n.º 190/20 – Proposta n.º 07/2020 – GAP – Atribuição de subsídio à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Setúbal.**
 - 3. Deliberação n.º 191/20 – Proposta n.º 08/2020 – GAP – Moção – Urgência de obras de requalificação da Escola Secundária du Bocage.**
 - 4. Deliberação n.º 192/20 – Proposta n.º 09/2020 – GAP – Direito de superfície sobre o prédio urbano descrito na Primeira Conservatória do Registo Predial de Setúbal, sob o número 968 da referida freguesia e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 2304 – Estádio do Vitória Futebol Clube.**
 - 5. Deliberação n.º 193/20 – Proposta n.º 048/2020 – DAF/DICOMP/SECOMP – Concessão do direito de exploração do Edifício do Lago, sito no Parque do Bonfim, em Setúbal.**
 - 6. Deliberação n.º 194/20 – Proposta n.º 049/2020 – DAF/DICONT - 8.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 7.ª ao Plano de Atividades e 7.ª ao Plano Plurianual de Investimentos.**
 - 7. Deliberação n.º 195/20 – Proposta n.º 050/2020 – DAF/DICONT/SERGEP – Contrato de Comodato a celebrar entre o Município de Setúbal e o Grupo Desportivo e Recreativo “O Sindicato”.**

8. **Deliberação n.º 196/20 – Proposta n.º 051/2020 – DAF/DICONT/SERGEP – Contrato de Comodato a celebrar entre o Município de Setúbal e a Federação das Coletividades de Setúbal.**
9. **Deliberação n.º 197/20 – Proposta n.º 052/2020 – DAF/DICONT/SERGEP – Contrato de Comodato a celebrar entre o Município de Setúbal e a Associação de Atletismo Lebres do Sado.**
10. **Deliberação n.º 198/20 – Proposta n.º 053/2020 – DAF/DICONT/SERGEP – Contrato de Comodato a celebrar entre o Município de Setúbal e o Núcleo dos Árbitros de Futebol da Cidade de Setúbal.**
11. **Deliberação n.º 199/20 – Proposta n.º 054/2020 – DAF/DICOMP/SECOMP - Concessão, construção e exploração de quiosque destinado à promoção turística, venda de brindes e merchandising, relacionados com a região de Setúbal.**
12. **Deliberação n.º 200/20 – Proposta n.º 055/2020 – DAF/DICOMP/SECOMP - Concessão do direito de exploração de snack-bar, sito no Largo Dr. Francisco Soveral, em Setúbal.**
13. **Deliberação n.º 201/20 – Proposta n.º 12/2020 – DCIRT/DITUR – Época Balnear 2020 – Programa Arrábida Sem Carros 2020 – Retificação.**
14. **Deliberação n.º 202/20 – Proposta n.º 13/2020 – DCIRT/GAFE – Voto de Louvor aos voluntários e voluntárias do Projeto “Solidariedade Entre Linhas”.**
15. **Deliberação n.º 203/20 – Proposta n.º 12/2020 – DURB – Nomeação do Conselho Consultivo para Acompanhamento do Plano Estratégico da Cidade do Conhecimento – Setúbal.**
16. **Deliberação n.º 204/20 – Proposta n.º 13/2020 – DURB/DIPU – Abertura do período de discussão pública do Plano de Pormenor da Salmoura.**
17. **Deliberação n.º 205/20 – Proposta n.º 07/2020 – DRH/DIGAT – Recrutamento de trabalhadores para ocupação de postos de trabalho titulados por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado previstos e não ocupados no Mapa de Pessoal do Município de Setúbal para o ano de 2020, ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 30.º, n.º 4, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e 4.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.**
18. **Deliberação n.º 206/20 – Proposta n.º 08/2020 – DRH/DIDEC – Doação de Géneros Alimentícios.**
19. **Deliberação n.º 207/20 – Proposta n.º 09/2020 – DRH/DIDEC – Doação de Viseiras de Proteção.**
20. **Deliberação n.º 208/20 – Proposta n.º 10/2020 – DRH/DIDEC – Doação de SABA – Solução antisséptica de base alcoólica.**
21. **Deliberação n.º 209/20 – Proposta n.º 11/2020 – DRH/DIDEC – Doação de Viseiras de Proteção.**
22. **Deliberação n.º 210/20 – Proposta n.º 2/2020 – CBSS – Aceitação de doação ao Município efetuada pela empresa “AICEP Global Parques”.**
23. **Deliberação n.º 211/20 – Proposta n.º 13/2020 – DOM/DIHAB/SEGAH – Venda de habitação pública municipal – Bairro da Bela Vista – Avenida da Bela Vista, n.º 8 – D 21.**
24. **Deliberação n.º 212/20 – Proposta n.º 14/2020 – DOM/DIHAB – Protocolo de cedência de espaços municipais à Associação “GARRRBAGE”.**
25. **Deliberação n.º 213/20 – Proposta n.º 15/2020 – DOM/DIHAB/SEGAH - Venda de habitação pública municipal – Bairro 25 de Abril – Rua António Aleixo, 6 – r/c Drt..**
26. **Deliberação n.º 214/20 – Proposta n.º 16/2020 – DOM/DIHAB/SEGAH – Venda de habitação pública municipal – Bairro da Bela Vista – Rua do Antigo Olival, 7 – A31.**

27. **Deliberação n.º 215/20 – Proposta n.º 17/2020 – DOM - Empreitada de “Requalificação Urbana e Mobilidade da Avenida dos Combatentes e Avenida 22 de dezembro” - Concurso Público – Adjudicação.**
 28. **Deliberação n.º 216/20 – Proposta n.º 53/2020 – DCDJ/DICUL – Doação de receita do concerto DAMA à GDA – Gestão dos Direitos dos Artistas.**
 29. **Deliberação n.º 217/20 – Proposta n.º 54/2020 – DCDJ/DICUL – Isenção de taxas de cedência em equipamentos culturais municipais.**
 30. **Deliberação n.º 218/20 – Proposta n.º 55/2020 – DCDJ/DIDES – Protocolo de colaboração com a Belcamp Tennis Club, para a dinamização dos Campos de Ténis da Urbanização “Águas de São Lourenço”.**
 31. **Deliberação n.º 219/20 – Proposta n.º 15/2020 – DES/DIAPE – Ação Social Escolar 2020/2021 – Livros de Atividades.**
 32. **Deliberação n.º 220/20 – Proposta n.º 16/2020 – DES/DIAPE – Aceitação de doação - Programa Responsabilidade Social LACTOGAL - Bem alimentar o futuro é cuidar das crianças hoje.**
 33. **Deliberação n.º 221/20 – Proposta n.º 17/2020 – DES/DIAPE – Proposta de Alteração ao Regulamento Municipal de Transportes Escolares.**
- C) Período destinado à intervenção do público.**

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento pela Sra. Presidente, dos mapas relativos aos despachos proferidos no âmbito do seu gabinete, do Departamento de Comunicação e Imagem, Relações Públicas e Turismo e do Departamento de Urbanismo (incluindo licenciamentos), conforme documentos anexos arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.º s 4 a 7.
- b) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vice-Presidente no âmbito do Departamento de Recursos Humanos, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 8.
- c) Foi dado conhecimento pelo Sr. Vereador Pedro Pina do mapa relativo aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Cultura, Desporto, Direitos Sociais e Juventude, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 9.
- d) Foi dado conhecimento pela Sra. Vereadora Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira do mapa relativo aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Administração Geral e Finanças, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 10.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

A) Período de antes da ordem do dia

2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sra. Presidente – Disse que queria pedir desculpa pelo atraso no início da reunião. Às quartas-feiras, às 15 horas, tinha sempre a reunião distrital da Proteção Civil, por causa do

COVID, que faziam ininterruptamente havia três meses. Eram muitas entidades e, às vezes, demorava mais do que uma hora, mas tinha que ser feita.

Era a primeira reunião da Câmara com público durante a situação da pandemia. Pensava que seria para manter, a não ser que houvesse algum revés nas orientações da Direção-Geral de Saúde. Esperava que não, era sinal de que não tínhamos que andar para trás, embora os números estivessem a crescer e Setúbal não fosse alheia a esse facto. Não tínhamos números muito alarmantes, mas também estavam a crescer no município e tínhamos que ter cuidado.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que queria fazer uma saudação à funcionária Elsa Rodrigues, que, naquele dia, atingia o seu momento de aposentação, após 47 anos de serviço. Era um momento em que se cruzavam sentimentos de alegria e tristeza. Alegria, porque encetava uma nova etapa da sua vida, com direito a um merecido descanso e, também, com um sentimento de dever cumprido. Tristeza, porque deixava de contactar com os amigos e os colegas de uma forma mais presente. Ficava, também, a saudade dos bons momentos, porque os menos bons certamente já teriam sido esquecidos.

Para eles, que com ela tinham partilhado alguns dos seus anos de atividade autárquica, apenas um sentimento estava presente, a gratidão. Gratidão pelo empenho, gratidão pelo profissionalismo e gratidão pela lealdade sempre demonstrada. Desejavam-lhe que a nova vida fosse vivida com muita saúde e muita alegria. Parabéns pelo encetar de uma nova vida e que corresse tudo como desejava. Eram esses os seus votos. Muito obrigado.

Outro assunto que queria colocar era que o Partido Socialista, na sua lógica de apresentar propostas e alternativas, sempre a propósito da crítica construtiva, tinha levado a cabo ações de contacto com as populações, para se tentar inteirar dos seus problemas, ouvir as suas sugestões como conhecedores do terreno e da sua vida prática, para que algumas alterações beneficiassem todos.

Falavam, concretamente, dos concessionários das praias, desde o Portinho até à Figueirinha. Tinham feito uma visita na semana anterior. Tinham ouvido e constatado que existiam problemas que eram comuns e problemas que eram específicos, mas que afetavam a todos na sua atividade.

Tinham ouvido no Portinho os concessionários queixarem-se das dificuldades resultantes do momento especial que se vivia, causado pela pandemia, que não era alheio a nenhum deles, juntando-se a esse problema as restrições nas acessibilidades e a dificuldade do acesso das pessoas aos restaurantes. Tinham constatado que a primeira barreira no cruzamento tinha um aparato com barreiras físicas de betão e tinha um elemento da GNR e um patrulheiro. Repararam que, para recolher informações acerca da possibilidade de aceder ao Portinho, existia um constrangimento grande, que provocava uma fila de carros na estrada para solicitar essa informação. Também tinham percebido que, se essa informação fosse solicitada numa língua que não fosse a língua portuguesa, se calhar existia alguma dificuldade de comunicação entre a pessoa que estava na barreira e aquela que pedia informação. Isso, na perspetiva de a Arrábida ser um ponto de visita de turistas.

Entendiam que, havendo os meios humanos no terreno, havendo a capacidade de os pôr a funcionar de outra forma que entendiam que poderia, eventualmente, aligeirar um pouco aquilo que eram os constrangimentos do acesso aos restaurantes, que se poderia arranjar uma solução - esse era, também, o entendimento dos concessionários - em que as viaturas pudessem deixar as pessoas para os restaurantes e, não havendo estacionamento no Portinho, pudessem voltar para trás, subir e estacionarem junto à estalagem da Casa do Gaiato, por exemplo. Essa era uma das alternativas e uma das hipóteses que lhes tinham sido colocadas pelos concessionários dos restaurantes.

Propunham, também, a retirada de um passadiço de madeira que existia e que tinha sido colocado pela autarquia, que diziam que não servia a ninguém. Aquilo também não era uma zona de praia - não exista praia naquela zona do Portinho - e tinha retirado vários lugares de estacionamento. (Estavam a transmitir aqueles que eram os problemas que as pessoas viviam e as propostas que elas faziam. Certamente que já o teriam feito a responsáveis da

4

Câmara Municipal. Pensava que já o teriam posto). Tinham constatado que, efetivamente, a intenção tinha sido de beneficiar aquele espaço, mas, talvez, se aquele passadiço fosse mais estreito, pudesse criar ali uma zona de estacionamento para mais algumas viaturas, dado que o estacionamento do Portinho da Arrábida teria sido de 70/80 carros no passado e, naquele momento, era apenas de 17. Portanto, tinha havido uma redução drástica no número de lugares de estacionamento.

Quanto ao ancoradouro, também tinham proposto que fosse possível a sua utilização por caiaques e por pranchas de "paddle", que era uma nova modalidade, uma nova utilização das pranchas, uma vez que esta só era possível ancorar barcos. Não sabia se isso traria mais clientes aos restaurantes, ou não, mas, de qualquer forma, tinha sido uma das questões que tinham sido levantadas.

Depois, na Figueirinha, tinham verificado que faltava sobreamento para quem esperava os autocarros e também lhes tinha sido dito que, na hora da saída da praia, por volta das 17 horas ou 17 horas e 30 minutos, não existia o reforço dos autocarros para trazer as pessoas para Setúbal e que as pessoas ficavam muito tempo ao sol, em fila. Portanto, havia ali uma questão que, eventualmente, poderia ser alterada com o reforço do transporte ou a colocação de uma zona de sobreamento na paragem dos autocarros.

Também lhes tinham falado nas rampas de acesso para pessoas com mobilidade reduzida. Existiam duas rampas, mas estavam em frente ao concessionário que estava ao meio e, depois, existiam dois concessionários nas pontas, a nascente e a poente, que não tinham essa rampa. Eles tinham solicitado que, se fosse possível, a Câmara Municipal fizesse a ligação entre as rampas existentes e essas duas concessões ou colocasse uma rampa de acesso diretamente às duas concessões que não tinham.

Na praia de Albarquel, a questão era conhecida, tinha a ver com a falta de estacionamento e, também, com as condições de acesso pedonal, que poderia, eventualmente, ser resolvida se a ligação com o PUA já tivesse sido concretizada. Talvez se pudesse facultar o circuito de vaivém a carros privados, para deixar as famílias e, depois, voltarem para Setúbal, arranjar uma solução que não impedisse as pessoas de acederem à praia com as suas viaturas. Não estacionavam nem no Portinho nem em Albarquel, porque sabiam que era impossível, mas que se possibilitasse essa passagem, de deixar a família e estacionar em Setúbal e, depois, voltar a pé ou de transporte público, como quisessem.

O Partido Socialista tinha consciência das dificuldades do problema das acessibilidades às praias da Arrábida. Sabiam que não era assunto para ser entendido e levado de uma forma populista, mas responsável, era um assunto sério. Queriam ajudar aqueles que pretendiam aceder às praias da sua terra e ajudar aqueles cujos rendimentos dependiam do trabalho nas mesmas. Apresentariam, no futuro, um plano de acessibilidade que pensavam que podia resolver ou mitigar esses constrangimentos e permitir aos setubalenses e aos azeitonenses e aos turistas que nos visitavam desfrutar das belas praias da Arrábida, o que se tornava, efetivamente, muito difícil.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que queria dar um cumprimento especial ao público, pelo facto de ser a primeira reunião naquele período em que voltavam a ter a sua presença que tanto valorizava e que fazia parte daquela reunião.

Queria, também, publicamente, enviar um cumprimento à D. Elsa. Tal como o Partido Socialista tinha feito, esperava que usufrísse da melhor forma possível, como desejasse, a sua vida naquela nova fase, que desejavam que fosse uma fase rica e boa.

Tinha pedido a palavra para colocar uma questão que tinha a ver com o facto de, na semana anterior, ter sido publicado um despacho dos gabinetes do senhor Ministro da Educação e da senhora Ministra da Coesão do Território que tinha como assunto a lista de estabelecimentos escolares com coberturas em fibrocimento em que era aconselhada a sua substituição. Era um despacho que tinha sido publicado e publicitado como se o Governo tivesse aprovado assumir um programa de substituição de todas as coberturas de fibrocimento dos estabelecimentos de ensino no próximo ano, num total de 587 escolas no país inteiro.

Era um despacho que tinha duas questões concretas. Uma questão concreta era que a substituição das coberturas deveria ser efetuada pelas autarquias e com um financiamento, aparentemente, a 100 por cento. Uma segunda questão concreta era que esse mesmo despacho referia que não sairia uma verba do Orçamento do Estado para o cumprimento desse programa, para o financiamento desse programa.

O que estava em cima da mesa era que estava identificado um conjunto de 587 escolas do país inteiro, numa listagem, que, aparentemente, as autarquias, os municípios, teriam acesso a financiamento através dos programas operacionais regionais, para fazer face à sua substituição, a partir de um preço de referência que, oficialmente, não se conhecia, com uma garantia, de que apenas as operações elegíveis é que seriam financiadas a 100 por cento. As operações elegíveis que se conheciam eram a substituição de coberturas, alguns remendos que daí resultassem e nada sobre as estruturas, nada sobre o que estava por baixo, de estabelecimentos dos anos 70 anos, dos anos 80, dos anos 90, que, da experiência que iam tendo e do que iam conhecendo, apresentavam muitas surpresas.

Como era sabido, o Município de Setúbal, através da sua Câmara, nos últimos 10 a 15 anos, tinha iniciado uma operação de investimento - aproveitando, naturalmente, os fundos comunitários -, para a resolução das questões do amianto nas suas escolas, nas escolas à sua responsabilidade. Em alguns casos, tinham tido surpresas, aquilo que estava por baixo da cobertura não permitia a nova cobertura. Portanto, tinham tido que substituir não só a cobertura como tinham tido que fazer obras a mais. Essa era a primeira questão que se devia colocar naquele programa, naquela elegibilidade, naquele novo suposto rumo, o que era elegível e o que não era.

A sua intervenção tinha não só o propósito de colocar, objetivamente, aquela questão, como, também, o de colocar outras que decorriam desse anúncio. Uma delas tinha a ver com algo que, como eleito da CDU, sendo vereador na Câmara Municipal, o fazia sentir-se profundamente ofendido. Sentia-se profundamente ofendido com o facto de eleitos na Câmara terem afirmado que a Câmara, nos últimos 10 anos, nada tinha feito para resolver os problemas das escolas das Amoreiras ou de Santa Maria, as primeiras escolas a ser intervencionadas no concelho, no que respeitava às coberturas de fibrocimento, que tinham tido a solução técnica que uma entidade externa tinha indicado à Câmara que era a mais adequada, no quadro da legislação e no quadro das soluções técnicas, que era, face às condições das coberturas, fazer o encapsulamento das mesmas coberturas.

Sentia-se profundamente ofendido, como eleito na Câmara, como vereador e como vereador que tinha o pelouro da Educação, pelo facto de eleitos na Câmara, independentemente de serem intermitentes, ou não, publicamente, fazerem uma afirmação de que a Câmara nada tinha feito relativamente a essas escolas. Mais, que tinha ignorado e que era o Governo do Partido Socialista que vinha criar as condições para ser resolvido o problema. Isso, à boleia de uma informação que a Câmara Municipal de Setúbal tinha prestado, tanto ao Governo como à Área Metropolitana, em que tinha intenção de fazer a substituição definitiva dessas coberturas, retirando as coberturas de fibrocimento encapsuladas, sem representarem problemas de saúde pública para quem frequentava e para quem trabalhava nessas escolas e por aí fora, mas optando, na sua linha de investimento nas instalações à sua responsabilidade da escola pública, por apontar para uma solução mais definitiva.

Sentia-se profundamente ofendido quando essas mesmas declarações vieram confirmar aquilo que dirigentes locais do Partido Socialista, por altura do Natal, tinham tornado público, com vídeos nas redes sociais, em que desejavam um Bom Natal, mas tinham muita pena que os trabalhadores, os professores, os alunos e os funcionários das escolas, nomeadamente das Amoreiras, continuassem sujeitos ao perigo do fibrocimento nessa escola, quando essa escola tinha sido intervencionada e estava segura. Independentemente da Câmara Municipal de Setúbal ter optado, no seu plano de investimento nos equipamentos escolares, para proceder nessa altura, aproveitando a existência de fundos comunitários, à substituição dessas coberturas.

Aquela questão vinha a propósito de o Partido Socialista se ter sentido muito ofendido com uma declaração da Sra. Presidente, naturalmente já numa lógica e numa estratégia eleitoral,

nas redes sociais, que considerava, nas suas palavras, que determinado eleito do Partido Socialista desconhecia a realidade local ou, se não desconhecia a realidade local, afirmava-a com má-fé, procurando gerar pânico e procurando usar uma prática política baseada não na realidade e na verdade, para tentar retirar, de alguma forma, alguns proveitos políticos.

Essa não era a maneira de fazer política que entendia que era justa e que era correta. Todos tinham direito à sua opinião, todos tinham direito à afirmação das suas ideias, das suas propostas, do contraditório, da diferença política, da diferença de opinião, da diferença de projetos. Isso enriquecia o concelho e o município e enriquecia a Câmara Municipal de Setúbal. Agora, a utilização, por quem tinha a responsabilidade de conhecer a realidade do concelho, de informação que tinha sido partilhada na Câmara, e, de alguma forma, manipulava e deturpava essa realidade, com qualquer objetivo ou intenção de proveito político posterior, era algo que não fazia parte da cidade, não fazia parte da riqueza democrática do concelho, de 46 anos de democracia. Não fazia parte do dia-a-dia da nossa Câmara e do ambiente que se vivia na nossa Câmara. Portanto, era naquele tom de protesto e de alguma desilusão que queria dar essa informação à Câmara.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que, apesar das palavras em nome da bancada do Partido Socialista, a título pessoal, não poderia dirigir à D. Elsa - que o tinha conhecido bem miúdo e a quem, passados muitos anos, o destino tinha querido juntar naquelas lides autárquicas - e dizer apenas “*obrigado*”. Ela sabia tudo o resto que já tinham dito e que continuariam a falar.

O segundo ponto era que, naquela data, comemoravam-se os 165 anos do jornal “*O Setubalense*”. Queriam saudar um jornal, uma marca que estava altamente enraizada em Setúbal e na região, porque não era qualquer instituição que chegava a essa marca de 165 anos. Portanto, era de dar os parabéns a todos os seus colaboradores, os seus funcionários e os seus leitores, porque não havia jornal sem leitores. Dar-lhe os parabéns e desejar-lhe muitos anos de vida, num momento difícil que todos os órgãos da comunicação social estavam a passar.

Queriam saudar o jornal. Não tinham tido oportunidade, em tempo útil, para entregar uma saudação, mas propunha à Sra. Presidente que se articulassem e, eventualmente, depois apresentassem uma saudação comum ao jornal. Deixava à consideração da Sra. Presidente. Pelos vistos, muitas instituições comemoravam os seus aniversários, pelo que também queria saudar a Rádio Azul, que fazia 35 anos naquele dia e também era um marco numa rádio local e isso devia ser assinalado.

Tinha mais dois assuntos, de que já tinham falado no passado, mas era importante reforçar a ideia. Tinha falado nisso na última ou na penúltima reunião. Uma tinha a ver com a extensão das medidas do apoio ao comércio local. Na reunião de Câmara tinham aprovado, aquando da vigência do primeiro estado de emergência, a isenção do pagamento das rendas das concessões e a isenção do pagamento das taxas de ocupação da via pública, para esplanadas, etc, a todos os estabelecimentos no período em que vigorasse o estado de emergência. Entretanto, o estado de emergência tinha vigorado muito mais tempo do que o primeiro que estava estipulado.

Faltava vir à reunião de Câmara uma proposta para isentar, efetivamente, durante esse tempo, porque a proposta que tinha sido aprovada terminava em março ou no início de abril. Nesse sentido, a Câmara teria que deliberar sobre a extensão dessa isenção e, dados os efeitos duradouros que a pandemia tinha e na crise que estava associada às micro, pequenas e médias empresas de Setúbal, até deviam ser um bocadinho mais audazes e estender essa isenção até dezembro de 2020.

O segundo ponto tinha a ver com os acessos e as questões do Palácio da Comenda. Na última sessão da Assembleia Municipal tinha sido aprovada - não se recordava se por unanimidade - uma moção, apresentada pela bancada da CDU, no sentido de promover, caso fosse necessário, a expropriação dos espaços que eram utilizados publicamente que estavam inseridos na Quinta da Comenda.



O Partido Socialista tinha demonstrado total solidariedade e tinha votado favoravelmente, mas, até esse processo de expropriação estar em curso - era um processo que não era rápido, demorava o seu tempo - existiam situações que estavam a ocorrer. Havia caminhos que estavam a ser preparados para ser encerrados. O acesso à Capela de São Luís já lá tinha os postos, só faltava colocar mesmo o portão e fechar o acesso. Não sabia se a Câmara, nesse caso concreto, não deveria ter uma atitude proactiva, de antecipação e não de reação. Ou seja, à imagem daquilo que os escuteiros tinham feito, de apresentar uma providência cautelar, a Câmara utilizar todos os meios legais que tinha ao seu dispor para impedir o fecho e retirar aquela placa que lá estava, permitindo o acesso à capela de São Luís.

Não era jurista. Confessava os seus poucos conhecimentos nessa matéria, em concreto legais, mas era muito importante tomar uma atitude e antecipar, preventivamente, diga-se assim, porque também era um sinal claro daquilo que a Câmara pretendia fazer e de relacionamento com o proprietário. Inicialmente, as relações, como tinha sido dito pela Sra. Presidente, eram bastante cordiais e até iam no sentido de haver um acordo verbal que potenciaria a utilização de alguns espaços, acordo que não tinha sido cumprido por parte do proprietário.

Quanto a esse tema, achava que era importante também haver uma posição. Aliás, quanto a isso, remetia para a intervenção, para o desabafo - não sabia se tinha sido mais do que isso ou se tinha apenas isso - que o chefe do Agrupamento de Escuteiros 415, Nicole Novo, que lhe tinha dito que lamentava a solidão dos escuteiros no processo. Não sabia a que é que se estava a referir, se se estava a referir à estrutura dos escuteiros, se se estava a referir, também, à Câmara, se se estava a referir a outra coisa, mas o facto é que tinha dito isso.

Pensava que, num processo que não se avizinhava nada fácil, era importante, pelo menos, demonstrar que não se iria permitir que se fechasse o acesso à capela de São Luís.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que gostaria, naturalmente, de começar por saudar a Elsa. (Se tinha conhecido o Paulo Lopes em miúdo, faria o que ele fazia na altura. Não se tinham conhecido nessa altura, mas tinham-se conhecido agora). Era fundamental dar um reconhecimento à Elsa e, naturalmente, a todos aqueles que prestavam serviço à casa, a quem muitas vezes não tinham oportunidade de agradecer. Portanto, permitisse-lhe a Elsa, na sua pessoa, agradecer àqueles que iam prestando aquele serviço, porque achava que, naturalmente, também deviam ter essa nota.

Queria, também, dar uma nota sobre a Rádio Azul, que desconhecia, pelo que agradecia a chamada de atenção. Queria fazer essa referência e, também, a “O Setubalense”, que era uma marca da cidade, como se via quando era referido como um dos órgãos de comunicação social mais antigos. Parecia-lhe, até, que era o jornal local mais antigo do país.

Para além disso, queria entrar num tema que tinha alvo de uma saudação na última sessão da Assembleia Municipal, por parte do Partido Socialista, que tinha a ver com o amianto. Queria colocar uma preocupação e uma pergunta concreta. A preocupação, naturalmente, estava relacionada com alguns aspetos desse processo, que, no que dizia respeito à Câmara Municipal de Setúbal, era importante serem esclarecidos.

Em primeiro lugar, o valor que estava previsto por metro quadrado e aquilo que era a oferta que existia no mercado, a nível de empresas com capacidade para executar esse tipo de trabalho, que era um trabalho que requeria uma determinada especialidade. Aliás, havia, até, legislação nesse sentido, por parte do próprio Ministério do Trabalho e da Segurança Social, que estabelecia um conjunto de normas no que dizia respeito a esse tipo de operações. Naturalmente, esperava que o conjunto de empresas disponíveis no mercado, naquele momento, para os operar tivesse capacidade para ir de encontro às necessidades, porque não era só o próprio trabalho, em si, era, também, depois, o destino que era dado ao material. Por isso, também havia uma questão ambiental associada a essa situação e era fundamental que a informação circulasse.

Quando se resolvia aquele tipo de problemas estruturais - compreendia a questão do anúncio, a questão política, isso era evidente, compreendia isso tudo -, mas gerava-se a incerteza e

gerava-se, inclusivamente, preocupação, quando não eram esclarecidas determinadas situações, como aquela, que esperava que pudesse ser esclarecida o quanto antes. Se, porventura, existisse alguma informação por parte da Câmara, que tivesse sido transmitida pelo ministério, agradecia. Se não existisse, esperava que existisse em breve.

Indo à questão concreta, recordava que, inclusivamente, tinham tido uma moção - parecia-lhe que tinha sido uma moção, mas, pelo menos, tinham tido a presença da Associação de Pais de Aranguez -, que lhe parecia que tinha sido apresentada pelo Vereador Pedro Pina. Parecia-lhe que se tinha transformado em moção, sobre a escola de Aranguez e sobre as preocupações que lá havia e que ainda residiam, no que dizia respeito à escola, que também tinha amianto e assim continuava. Tinha sido dirigida uma comunicação ao Ministério da Educação, que tinha sido ali aprovada, para haver um “feedback” e uma resposta sobre essa matéria.

Naturalmente, a questão do amianto era importantíssima e esperava que fosse resolvida, mas tínhamos que insistir em todos os outros problemas que existiam. A degradação não tinha a ver só com um governo ou 2 ou 3 e não ia entrar no A, B ou C. Quem quisesse podia fazê-lo, mas tinham passado diferentes governações e tinha havido diferentes partidos a aprovar e a rejeitar orçamentos e a verdade era que os problemas tinham persistido.

Havia, acima de tudo, uma preocupação, manifestada de forma unânime por parte de todos os partidos que ali estavam. Havia outra escola referenciada e era fundamental olharem para o parque escolar, porque era um dos problemas estruturais da Educação que tinham, juntamente com os recursos humanos, que levaria a uma conversa muito mais longo. Como havia uma que tinha sido decidida e falava-se da questão do amianto, era pertinente perguntar se existia, ou não, uma resposta sobre a escola de Aranguez. Esperava que pudesse existir e esperava que pudesse existir sobre outras, mas sobre isso falaria a Sra. Presidente.

Vereador Ricardo Oliveira – Disse que, em resposta à questão que o Vereador Nuno Carvalho tinha colocado, de facto, havia talvez 3 ou 4 meses, não sabia precisar, que tinham trazido uma proposta de deliberação sobre a escola de Aranguez e sobre a necessidade de intervenções na escola de Aranguez que iam além da questão das coberturas em fibrocimento, mas essa, naturalmente, por tudo o que representava, assumia uma importância determinante em todo o processo.

A Câmara Municipal de Setúbal já estava em campo até antes desse anúncio do despacho, da publicação do despacho, a intervir, a estudar e a trabalhar nessa perspetiva, tendo em conta aquilo que ia sendo discutido no âmbito da Área Metropolitana de Lisboa e da reprogramação dos fundos comunitários. Não era por acaso que a Câmara Municipal de Setúbal tinha, já num processo muito avançado, os procedimentos para a substituição das coberturas das escolas da sua responsabilidade, nomeadamente as das Amoreiras e de Santa Maria, e também estava a estudar e a conhecer o contexto e a situação concreta da Escola Básica 2 3 de Aranguez, da Escola Secundária D. Manuel Martins e da Escola Básica 2 3 de Azeitão, que eram as escolas que ainda tinham coberturas em fibrocimento e sem qualquer tratamento, umas em que as coberturas estavam num grau aceitável de conservação, outras nem por isso.

Perante a perspetiva de preço de referência do metro quadrado, que não era público, que não era conhecido, que não era oficial, a ideia que lhes tinha sido transmitida - e não a referia ali, porque achava que não o devia fazer, tendo em conta que era, apenas, uma informação informal -, pensava que o valor do metro quadrado, pelas informações dos nossos serviços técnicos, poderia não ser suficiente. Poderia não ser suficiente o valor do metro quadrado, acrescido ao facto de terem 587 escolas que deveriam concorrer, para substituir as suas coberturas durante o próximo ano. Estavam a falar de substituição de coberturas de fibrocimento, estavam a falar de intervenções que só podiam ocorrer sem qualquer estudante, sem qualquer professor, sem qualquer auxiliar na escola.

A Vereadora Sandra Gomes, que, como era sabido, tinha responsabilidades, era coordenadora de escola do município, em que, no último verão, tinha sido substituída a

cobertura, sabia bem que havia um período da obra, que era definido, em que tinham que ter a escola isolada, tinham que ter um conjunto de equipamentos da escola protegidos, exatamente para não haver risco de contaminação por poeiras de amianto.

Preocupa-os o facto de o preço do metro quadrado ser muito curto e não ter em conta a perspectiva de, num ano letivo - no fundo, estavam a falar da interrupção letiva de verão do ano letivo ou, quando muito, uma outra nas pausas letivas da Páscoa ou do Natal -, em que deveriam ser substituídas coberturas em 587 escolas de todo o país.

Relativamente às escolas do concelho, podiam adiantar que tinham um processo já adiantado do que estavam a estudar relativamente à Escola de Aranguez. Podia dizer que, até por aquilo que tinha sido a proposta que ali tinham trazido, pelo conhecimento que tinham naquele momento do se estava a passar na Escola de Aranguez, estavam a preparar-se para, nas próximas semanas, ter pronto o “*dossier*”, relativamente a essa escola, para poder avançar com esse processo para a substituição da cobertura, assumindo uma responsabilidade que não era do município, substituindo-se àquilo que era a responsabilidade dos sucessivos governos, que, desde 2005, tinham a responsabilidade de substituir as coberturas de fibrocimento de todas as escolas e que, nesse período todo, tinham substituído, mais ou menos, aquilo que estava por substituir apenas na Área Metropolitana de Lisboa. O que tinham para substituir na Área Metropolitana de Lisboa era aquilo que tinha sido substituído ao longo dos vários anos, nos sucessivos governos da responsabilidade do PSD e do PS, que, infelizmente, tinha sido uma ação relativamente curta e muito do que tinha sido substituído tinham sido as autarquias que tinham substituído nas escolas da sua responsabilidade.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que tentaria ser muito rápido. Mandavam as boas práticas que comessem pelas coisas boas e, nesse sentido, aproveitava, também, para cumprimentar a D. Elsa, figura sempre presente nas reuniões - pelo menos, desde que se lembrava, naquela condição de vereador - e desejar-lhe as maiores felicidades naquela nova etapa da vida. Certamente que se cruzariam em muitos e diferentes momentos e se, porventura, tivesse saudades deles - às vezes, enfim... -, viesse visitá-los de 15 em 15 dias, mas também costumavam ver-se noutros espetáculos. Queria desejar-lhe as maiores felicidades para toda a família e, certamente, iria aproveitar aquela nova fase.

Queria, ainda, dar nota de que, por razões que eram compreensíveis, não se tinha realizado este ano o Piquenício, a festa da cidade, a festa das freguesias, a festa dos seniores, que reunia mais de mil seniores da cidade e das freguesias no Parque de Santiago. Muitos desses seniores aguardavam um ano inteiro por essa festa, mas este ano não tinha sido possível. Tinha mandado a prudência - e, naturalmente, as regras - que não o tivessem feito, mas não querido a Câmara Municipal, com as suas freguesias, deixar de o assinalar.

Por isso mesmo tinham tomado a iniciativa, com as freguesias de Setúbal, de distribuir um pequeno “*kit*” - que faria, também, chegar a cada um dos senhores vereadores e das senhoras vereadoras -, simbólico, para assinalar essa data. Tinha um bocadinho o formato do piquenique, com uma lata de conserva de sardinha em azeite, com uns Esses de Azeitão, com uma pequena garrafa de Moscatel e com uns talheres. Era simbólico, mas, como sabiam, a vida também se fazia de momentos, também se fazia de simbolismos e, portanto, não tinham querido a Câmara Municipal e as suas juntas de freguesia deixar de fazer essa distribuição. Estavam a falar de uma distribuição a mais de mil seniores, pelas freguesias, que já tinham começado a fazer. Ainda não estava completo e o que lhes podia transmitir era que era com alguma comoção que alguns desses seniores recebiam esse pequeno miminho que lhes era entregue.

Queria, ainda, assinalar que se iniciava no dia seguinte o MAPS (Mostra de Artes Performativas de Setúbal), com enormes restrições. Era um festival que tinha tido uma enorme projeção nos órgãos de comunicação social nacionais, nomeadamente uma notícia que tinha saído no fim-de-semana no “*Expresso*”. Seria realizado com espetáculos com um público muito reduzido, mas, de qualquer forma, iria realizar-se, dando também um sinal da



sua importância para a Cultura. Teria um número maior das suas atividades na Gráfica, os antigos Armazéns de Papéis do Sado.

Pegava nesse ponto para entrar numa parte, eventualmente, menos simpática daquilo que também queria partilhar com os senhores vereadores e com as senhoras vereadoras, para perguntar ao Partido Socialista se sabia dos 30 milhões para a Cultura. Já anteriormente tinham colocado essa questão. Tinha vindo a público o senhor Primeiro-Ministro, passando por cima da senhora ministra, falar de 30 milhões para as autarquias. Tinha perguntado semana após semana, tentando perceber onde é que estavam os 30 milhões e não havia fumo branco sobre essa matéria. Como compreenderiam, as circunstâncias em que essas estruturas viviam, faziam com que a urgência e a emergência de tentar responder e encontrar mecanismos que permitissem a essas estruturas desenvolver a sua atividade era muito grande e o silêncio era ensurdecedor.

Portanto, perguntavam ao Partido Socialista se tinha alguma informação. Perguntariam os senhores vereadores porque é que lhes estavam a perguntar a eles, eram apenas vereadores da Câmara Municipal, não eram o Governo. Como o Partido Socialista tinha por prática de, com os deputados do Círculo de Setúbal, visitar algumas entidades em Setúbal e enunciar informações do Governo, pensavam que, eventualmente - estando o Partido Socialista tão bem informado sobre essa matéria -, pudesse trazer algumas informações sobre isso.

A palavra ética era uma palavra que tinha corrido algumas páginas de redes sociais e, eventualmente, até numa discussão mais calorosa de alguns momentos das últimas semanas e era de ética que estavam a falar. Tinha alguma curiosidade, depois da intervenção do Vereador Ricardo Oliveira, que o Vereador Paulo Lopes, Presidente da Concelhia do Partido Socialista de Setúbal - embora soubessem que o porta-voz da bancada era o Vereador Fernando Paulino -, se viesse retratar sobre as afirmações que tinham sido proferidas, mas, pelos vistos, não. Tinha omitido completamente aquilo que tinham sido as considerações, as inquietações, as preocupações, e, sobretudo aquilo que era, de facto, a elevação ética que na política devia ser tida.

Não estavam a falar de divergências de opinião ou de pontos de vista diferentes, como muitas vezes podiam ter. Estavam a falar de faltar à verdade e de não ser capaz de reconhecer que, independentemente da necessidade de intervenção que era necessária para as escolas públicas do concelho, havia uma verdade que era inequívoca, que era o papel que a Câmara Municipal tinha tido, ao longo da última década, na intervenção para a remoção do amianto das escolas. Não ser capaz de reconhecer isso publicamente era incompreensível e afirmar que era o Partido Socialista que tinha essa preocupação era, de todo, uma falta de ética que não tinha explicação possível.

O senhor vereador tinha encolhido os ombros, mas ele ficava perplexo que um investimento como o da Laser - que estava a ter, felizmente, lugar na cidade, no nosso território -, que tinha sido a Câmara Municipal que tinha aberto as portas, que, como era sabido, tinha sido com aquela Câmara Municipal que tinha sido possível concretizar - até porque era um investimento que tinha, inicialmente, outras possibilidades, nomeadamente tinha havido conversas com a Câmara Municipal de Cascais, com a Câmara Municipal de Oeiras e, inclusivamente, com a Câmara Municipal de Lisboa - e vinham os deputados do Partido Socialista, acompanhados pelos eleitos do Partido Socialista, informar, segundo as notícias que tinham vindo a público, que ia haver a possibilidade de fundos comunitários para apoiar esse investimento, como vinha a ser dito. Não lhes parecia que isso fosse forma ou que fosse método e não tinham tido uma única palavra sobre aquilo que tinha sido o papel da Câmara Municipal, que tinha tido e continuava a ter, para o acolhimento, que saudavam. Saudavam esse e que viessem muitos outros, para ter lugar no nosso território.

Sim, falavam de ética, falavam de elevação na política, de saber reconhecer o que era reconhecido, saber divergir onde tinham que divergir, mas importava ter a capacidade de reconhecer o trabalho que era feito, naquele caso, pelo executivo municipal.

Portanto, esperavam que o Partido Socialista, nomeadamente no que dizia respeito à matéria que o Vereador Ricardo Oliveira tinha colocado, tivesse a coragem de se retratar na reunião e fosse capaz de assumir que, efetivamente, o executivo municipal, na última década, tinha tido



um papel fundamental para a remoção das estruturas de amianto das escolas, nomeadamente do 1.º ciclo. Seria bom que o fizesse.

A propósito de aniversários, tinham saudado “O Setubalense” e tinham saudado a Rádio Azul. Aproveitava para saudar, também, a Associação de Moradores do Casal das Figueiras, que, naquele dia, fazia 46 anos e era fruto de abril. Infelizmente, tinha sido cancelada a comemoração do seu aniversário pelas restrições e, portanto, proporia outra data para o fazer.

Sr. Vice-Presidente – Disse que, na sequência das intervenções do Vereador Ricardo Oliveira e do Vereador Pedro Pina, estava-se a falar de ambiente e da remoção de amianto. Suspeitava que ia perder um pouco as estribeiras e pedia desculpa. O tempo só existia enquanto estavam vivos, mas, enquanto estavam vivos, tinha-se que usar o tempo que se tinha. Não se preocupassem que havia tempo para tudo. Se exagerasse no tom pedia desculpa, porque estava maldisposto, não era por outra razão qualquer, não era por falta de respeito ao debate democrático.

A questão do amianto ou a questão daquelas visitas da “pandilha do bom senso” que os senhores deputados socialistas tinham querido fazer, com visita às escórias da Metalimex, em Setúbal, mais aquele aproveitamento que um senhor deputado da nação, filho da terra, de Setúbal, que estava na Assembleia da República, tinha entendido tirar, dizendo que a Câmara não tinha mérito - como muito bem tinha referido o Vereador Pedro Pina -, era tudo mérito do Governo. Depois de dois tiros falhados. Tiros falhados na água, não tinha sido num porta-aviões, nem numa bateira, nem num barco salva-vidas, nem em nada. Tiros num porta-aviões só a remoção do amianto nos edifícios públicos, nas escolas. De 500 edifícios já tinham chegado e, agora, vinham os senhores deputados da nação, incluindo o eleito pelo Círculo de Setúbal, o Sr. Deputado Fernando José, dizer que era tudo mérito do Governo e da Câmara nada. A Câmara nada? A Câmara, que se chegava à frente em tudo? A Câmara, que avançava em tudo? A Câmara nada? Era tudo por mérito?

A questão da Laser era outra coisa. Quando a Câmara conseguia bons investimentos não via o Governo, não via os nossos deputados batalharem pelas boas oportunidades de investimento estrangeiro na península de Setúbal ou no concelho de Setúbal. Não os viam. Via-se mais aquele menu de reivindicações que o Sr. Deputado Nuno Carvalho tinha, sobre os benefícios para a península de Setúbal, do que os do Partido Socialista.

Querer avocar os méritos do trabalho e do investimento que se fazia em Setúbal era coisa para 3 pré-campanhas eleitorais para as autarquias. Era um bocado insonso e não ficava bem. Tal como não ficava bem andarem sobre as iniciativas que, às vezes, eram arriscadas em relação ao consenso social, como era o caso do controlo da circulação nas estradas da Arrábida.

Ver eleitos que até faziam parte do Município de Setúbal - parecendo, até, que, às vezes, aquilo era, mais ou menos, uma empresa familiar -, a incentivar a contestação, por via do Partido Socialista, às decisões do Município, não era de bom-tom e não era ético. Parecia, às vezes, até, que era o resultado da ação de uma empresa familiar, o aliciamento das pessoas para contestarem e protestarem contra a Câmara e agirem, até. Era pouco dado a redes sociais, mas, às vezes, chamavam-lhe a atenção para certas coisas e ia ver.

Quando via os deputados e os eleitos do Partido Socialista disponíveis para receber da população as suas reclamações e para virem contestar as medidas de controlo do tráfego no acesso às praias da Arrábida, via coisas que lhe parecia que incentivavam a virem pedir indemnizações à Câmara, porque se tinha controlado e minimizado os riscos que havia, de facto, no acesso àquelas praias.

Isso, de facto, achava muito estranho. Não sabia se estava a atirar muito ao lado ou se estava a acertar no alvo. Não sabia bem, mas sabia que estava a refletir aquilo que lhe tinha parecido ver nas tais redes sociais a que não ligava muito, mas, às vezes, ligava.

Não ficava bem aos representantes do Município participar nessas coisas, porque, decidindo maioritariamente, defendendo a favor ou sendo vencidos, nas votações em que fossem



vencidos, tinham sempre pugnado pelo interesse municipal, não dos particulares contra o município. Isso parecia-lhe óbvio.

Só estava a falar porque, na sequência das intervenções do Vereador Ricardo Oliveira, as questões do amianto, e do Vereador Pedro Pina, de facto, não iam permitir, ficassem descansados, uma inversão da culpa. Não iam assumir culpas daquilo de que eram vítimas, nem pensar nisso. Iriam denunciar todas essas atitudes e falsas intervenções em defesa dos particulares contra a malvadez das ações do Município, que eram feitas na defesa do interesse público, do interesse comum. Eram-no sempre.

O resultado das decisões haveria de ser sempre a decisão maioritária, não haveria de ser a decisão minoritária. Era sempre assim, em qualquer composição. Portanto, tomassem em atenção que não estavam desatentos, iriam acompanhar e não deixariam cair, disfarçadas de uma normal intervenção política de participação ou de chamado à participação dos eleitores aos seus eleitos, fosse por visita às escórias da Metalimex, fosse por “guichets” do cidadão para os eleitos do Partido Socialista ou de outro partido qualquer - também podiam fazer “guichets”, não era esse o problema -, mas, o que viesse a pôr em causa a legitimidade das decisões do Município, no interesse e no bem comum, não iriam deixar cair nunca. Estivessem descansados que eles estariam atentos. Mesmo da sua parte, sem ligar muito às redes sociais, quando lhe chamassem à atenção iria vê-las a todas e daria a resposta que fosse preciso. Se fosse necessário entrar nas sociais, muito bem, entraria. Não era terreno de que gostasse, mas fazia essa chamada de atenção para que se percebesse que não havia desatentos. Não estavam descansados na maioria, sempre trabalhariam para a manter fundamentadamente, pelas ações e decisões em favor do interesse comum, do interesse coletivo. Não se deixavam envolver em suspeições, mesmo que fossem abrigo da prática normal de representação dos eleitos, quer na Câmara quer na Assembleia da República. Portanto, quando a Assembleia da República se pronunciasse sobre questões de Setúbal, estariam atentos e diriam o que tivessem a dizer.

Não deixariam que os inculpassem e lhes atirassem culpas para cima daquilo que eram vítimas. O Governo era o culpado do fracasso da remoção do amianto, não deixariam que fosse a Câmara a ser acusada por aqueles que eram os agentes desse fracasso, que eram os que estavam no Governo. Era nessa matéria e era nas outras todas.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que tinha ouvido o Sr. Vereador Manuel Pisco com muita atenção e o tom até não tinha sido muito exaltado, mas as coisas que tinha dito tinham alguma gravidade e gostariam que fosse mais claro nas insinuações que tinha feito. Por acaso, não sabia a que a empresa familiar se referia e quais eram as empresas familiares que o Partido Socialista, naquele momento, estava a promover ou a acolher. Não sabiam e gostava que o senhor vereador esclarecesse.

As redes sociais também não eram uma coisa que tivesse muito. Publicava algumas fotos, porque gostava de fazer fotografia e até ajudava a divulgar as coisas bonitas da cidade. Quem estava atento sabia e via as fotografias que punha. Não era muito de utilizar as redes sociais para fazer política. Ali, fazia-o e estava a fazê-lo.

Não tinha gostado do tom de insinuação relativamente às questões, pelo menos aquelas que tinham sido levantadas inicialmente por ele. Podia dizer-lhe que faziam aquilo que era o trabalho político deles, de ouvir as pessoas. Aliás, como a Câmara fazia e sempre tinha feito, como o “*Ouvir a População, Construir o Futuro.*” Tinha sido uma coisa em que também tinha participado, enquanto presidente de junta, e podia dizer ali, sem qualquer tipo de problema, que era uma iniciativa que louvava, em que tinha participado e que era bem-vindo.

Na oposição, não tinham a capacidade de desenvolver um trabalho desse tipo. Se estivesse sentado onde a Sra. Presidente estava sentada, certamente que faria, também, uma iniciativa como a Sra. Presidente tinha promovido e que tinha achado muito bem, continuava a não ter qualquer tipo de problema em assumir isso. Portanto, aquilo que faziam era ouvir as pessoas, os seus anseios e os seus problemas e tentar ajudar naquilo que era a sua capacidade política de intervenção, que era reduzida, dada a sua situação de minoria.



De qualquer forma, tinham a obrigação de trazer ali aquilo que tinham ouvido, aquilo que lhes pediam para trazer e aquilo que eles mesmos constatavam. Essa era a obrigação deles. Portanto, esse tom e essa insinuação não ficavam bem ao senhor vereador. Não aceitavam esse tipo de insinuações.

O que tinham feito era aquilo que tinha que ser feito e aquilo que todos deviam fazer e pensava que todos faziam, que era ouvir, trazer e tentar resolver. Não promoviam contestação à Câmara Municipal, não era esse o propósito da atividade política deles. Não o faziam, não o fazia, nenhum vereador ali o fazia e os autarcas do Partido Socialista, certamente, também não o faziam. Todos eles e podia falar por todos, praticamente.

Se o entendimento era esse, não era esse o propósito da intervenção deles. Portanto, tinha que deixar ali claro que não tinham gostado dessa insinuação e gostariam que pudesse ir um bocadinho mais além e dissesse onde é que tinham promovido a contestação popular contra a Câmara Municipal, nas ações que tinham desenvolvido na atividade política deles.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que, antes de mais, não era, definitivamente, o porta-voz do Governo, mas, como era óbvio, saudavam, de forma bastante efusiva, o despacho conjunto do ministro da Educação e da ministra da Coesão Territorial, porque, efetivamente, era uma boa notícia. Tentar desvirtuar com guerras, fossem quais fossem, um despacho que tinha como propósito eliminar, permanentemente, as coberturas que tinham amianto em todas as escolas do país, só podia ser uma boa notícia. Portanto, saudavam-na. Tinham-na saudado na Assembleia Municipal, com uma moção, e nas assembleias de freguesia.

Se os senhores da CDU entendiam que isso ainda não era a realização, não era a concretização, era, apenas, uma intenção, era o início do caminho, que convinha esperar para ver se, realmente, era feito ou não. Tinha sido um dos argumentos que tinham ouvido na Assembleia Municipal. Estavam no seu direito, obviamente, mas o que era um facto era que, nos últimos 5 anos, o Governo tinha substituído mais de 440 mil metros quadrados de painéis de telha contendo amianto nas escolas do país e ia lançar esse projeto, com o objetivo de retirar a totalidade das telhas de amianto. Isso era um bom projeto, isso era uma boa opção.

Tinha muito orgulho no Governo e, acima de tudo, no primeiro-ministro, que, no âmbito do Programa de Estabilização Económico-social tinha inserido esse tema e tinha criado as condições para que pudesse ser uma realidade. O resto, na sua opinião, era tentar desvirtuar o alcance da medida e secundarizar. Tinham deixado de discutir a medida e tinham passado a discutir o acessório.

Em relação à presença de deputados do Partido Socialista eleitos pelo Distrito de Setúbal em Setúbal, ainda bem que eles tinham vindo. Era um sinal extremamente positivo. Se os deputados do PCP não vinham, não lhe competia, sequer, questionar porque é que não vinham, se vinham ou se não vinham, ou se vinham e não estava atento. Sinceramente, achava que não fazia sentido absolutamente nenhum estarem a questionar porque é que os deputados do Partido Socialista vinham a Setúbal. Era óbvio que uma das responsabilidades de ser deputado, no seu entendimento, era a proximidade com a população e ver as coisas.

Não compreendia mesmo a intervenção do Vereador Pedro Pina, que tinha dito que não percebia por que é que os deputados tinham vindo cá anunciar e visitar empresas. Que coisa horrível, parecia que estava fora de controlo. Parecia que o senhor Vereador Pedro Pina não controlava a coisa, tinha deixado de controlar. Até os deputados e os vereadores já se davam ao desplante de visitar empresas e associações e sabia-se lá mais o quê. Viviam num país livre, no país e no concelho. Não havia qualquer tipo de impedimento, que soubesse.

O senhor vereador devia estar mal informado, porque tinha ido confirmar a notícia que tinha saído e tinha sido a empresa que os tinha informado – estava na notícia – que tinham sido abrangidos por medidas do Portugal 2020, não tinham sido os deputados do Partido Socialista. Se o senhor vereador sabia, tinha feito a sua intervenção exatamente ao contrário, a dizer que os deputados tinham vindo cá anunciar que determinada empresa tinha sido abrangida.

Ainda bem que a empresa tinha vindo para cá, ainda bem que a Câmara Municipal tinha feito tudo o que estava ao seu alcance para que a empresa se instalasse e ficasse por cá, ainda



bem que tinham sido aprovados apoios no âmbito do Portugal 2020, para que essa empresa ficasse por cá.

O que não compreendia era o seu mal-estar por o Partido Socialista ter ido visitar empresas ou associações ou o que fosse. Isso é que não podia compreender, de todo. Não era nenhum segredo de Estado e era uma obrigação dos eleitos estarem junto das entidades e das empresas e das pessoas. Portanto, não percebia o seu mal-estar e a forma como não aceitava, ou parecia não querer aceitar, que os deputados ou os vereadores ou os autarcas eleitos pelo PS pudessem visitar.

Até ia mais longe, se fizesse uma intervenção como a do senhor Vereador Manuel Pisco, quase que diria que a sua intervenção era uma tentativa de condicionar não só os autarcas eleitos a visitar, como as empresas, as associações, as coletividades ou o quer que fosse, a não receberem os vereadores, porque o senhor Vereador Pedro Pina, depois, podia ficar melindrado com a questão. Essa posição era totalmente inaceitável e nem sequer devia ser referida. Era o mesmo do que o Governo do Partido Socialista dizer: *“Então, o deputado do PCP foi visitar uma fábrica ou foi visitar uma associação?”* Havia limites e essa intervenção era altamente castradora daquilo que era a atividade partidária em democracia.

Vindo do Partido Comunista - que era o partido que todos os portugueses reconheciam como um partido altamente contestatário -, insinuar que estavam a apelar à sublevação da população não fazia sentido absolutamente nenhum. Passados mais de 45 anos de democracia, dificilmente isso entraria.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que o senhor Vereador Paulo Lopes tinha aproveitado a intervenção para não responder a nada do que lhe tinha sido perguntado. Dos 30 milhões dizia nada saber, mas, curiosamente, tinha tomado bastante nota na última reunião e tinha demonstrado preocupação.

O senhor vereador estava enganado, saudavam todos e quaisquer eleitos. O senhor vereador sabia que sabia que o senhor vereador sabia do que é estavam a falar. Portanto, escusava de querer demonstrar alguma, enfim, anormalidade naquilo que tinha sido dito, porque aquilo que tinha sido dito tinha sido a verdade.

Estavam a falar de verdade e estavam a falar de ética. O que queria dizer ao senhor vereador era que ele tinha demonstrado uma falta de ética, no sentido de não assumir a verdade dos factos e quis tinha querido assim: *“Ah, então os senhores, agora, em vez de valorizarem o despacho que o Governo agora apresentou, para retirar o resto, querem é que nós reconheçamos que aquilo que foi retirado no concelho foi uma iniciativa vossa? Vocês estão completamente equivocados, o que é importante é resolver agora. Então, os senhores deputados do Partido Socialista vieram aqui demonstrar esta preocupação de um conjunto de desinformações e de inverdades sobre a Metalimex, que foi ali colocada com a assunção de um papel de preocupação de deputados do Partido Socialista e os senhores não querem que nós façamos isto? Ai, mas visitaram uma fábrica.”*

A Câmara Municipal tinha tido um papel fundamental e não tinham dito uma única palavra. O que tinham feito tinha sido ir para a comunicação social dizer: *“Não, informou-nos a fábrica que foi aprovado um financiamento no Portugal 2020”*, mas, dizer que a Câmara Municipal de Setúbal tinha tido um papel fundamental para viabilizar esse projeto e tudo aquilo que estava a continuar? Nem uma palavra. Portanto, eram, de facto, muito más pessoas que estavam a pôr em causa o Partido Socialista, que era incapaz disso e, uma vez, tinha sido incapaz de se retratar sobre a questão do amianto. Uma única palavra, senhor vereador, presidente da concelhia. Já tinham percebido que não era o porta-voz do PS ali, mas que era o presidente da concelhia. Não tinha sido capaz de dizer uma palavra sobre as declarações feitas por um vereador e deputado do Partido Socialista sobre a matéria do amianto, uma única palavra.

Sr. Vice-Presidente – Disse que, para adiantar e para poupar tempo, aquilo que tinha referido o Vereador Pedro Pina era, de facto, a questão essencial. Os senhores do PS não tinham contestado coisa nenhuma. Ali, eram eleitos pelo PCP ou pela CDU para representar a população de Setúbal. Não estavam ali para defender apenas o interesse partidário ou da



coligação que os tinha elegido, era para defender a população. Era esse o sentido diferente da intervenção deles, não estavam ali a defender como lhes parecia que alguns dos senhores representantes, ali e na Assembleia Municipal, estavam, para defender o PS. O PS não era o povo português. O povo português era uma coisa mais ampla e tinha os seus representantes. Às escórias da Metalimex uma visita em forma dos senhores deputados, chamando-lhes escórias de alumínio, inculcando a Câmara Municipal, questionando a Câmara Municipal, os senhores do PS não tinham dito nada, quando mais ninguém, além do PS, devia saber o que era o Vale da Rosa, o que tinha sido o processo do Vale da Rosa e o que era o processo da deposição de resíduos no Vale da Rosa. Mais ninguém do que os deputados do Partido Socialista ou os representantes do Partido Socialista deviam saber o que era aquilo. Estava a ler as declarações do senhor Ministro do Ambiente, no dia seguinte a ter sido levantada a questão, e o Governo tinha-se disponibilizado: *“Se for algum problema, se o particular e o proprietário não resolverem nós resolvemos.”* Estava a ver as declarações resultantes da visita dos deputados do Partido Socialista, que tinham apontado contra a Câmara e tinham questionado a Câmara. Era isso que estava a ler e era a isso que se estava a referir.

Eles não tinham nada a ver com o que de bom acontecia, porque era mérito do Governo. Se ia fazer-se um investimento, como no caso dos barcos laser, era porque havia um programa de investimentos do 2020 ou 2030. Era mérito do Governo. Portanto, estavam a querer capitalizar, por meio do Governo, tudo aquilo que acontecia em Setúbal. Era uma tática de política local que entendia.

O que estava a dizer era que eram todos, maioria e minoria, representantes da população de Setúbal, para gerir bem a coisa pública e os negócios que interessavam à população de Setúbal. Não se iam entreter em guerras sobre se tinha sido o Governo ou se tinha sido a Câmara. Tinham os méritos da gestão deles em Setúbal. Não podiam permitir que viesse, depois, uma parte do executivo municipal ou do órgão deliberativo, a bancada socialista, dizer que tudo o que aqui acontecia era do Governo. Não, eles sabiam que não era, nomeadamente aquilo que eram responsabilidades ambientais ou responsabilidades em relação ao ordenamento do território, que todos sabiam.

Quem é que não sabia que a Nova Setúbal, no Vale da Rosa, era um grande projeto falido e uma carcaça da gestão socialista? A carcaça mais visível que lhes tinha ficado, sobre as areias do deserto da gestão socialista, tinha sido o Vale da Rosa. Agora, ao fim de 16 anos, vinham atirar-lhes para cima, porque estavam lá uns resíduos depositados: *“A Câmara o que é que fez e não-sei-quantos?”* - e toca a culpar a Câmara. Isso era uma coisa que não cabia aos deputados da nação, em representação de qualquer força - naquele caso, tinham sido os representantes da população do Círculo de Setúbal -, não ficava bem e, portanto, não deixavam passar em claro. Não tinham que deixar passar em claro, não podiam deixar passar em claro.

Isso já não era a representação dos interesses da população de Setúbal, era a representação dos interesses meramente partidários do Partido Socialista. Era essa distinção que queria, ali, deixar vincada, quem é que estava para representar os interesses da população de Setúbal e quem é que estava mais propenso, sistematicamente, a representar os interesses do seu partido. Eles faziam uma distinção, só lhes interessava ser eleitos por uma força política para representar bem a população e trabalhar para a população, não exclusivamente para o partido deles. Só faziam um bom trabalho para o partido deles se fizessem um bom trabalho para a população em geral. Era diferente. Uma coisa era gestão pública e interesse público, outra coisa era interesse partidário. Eram coisas diferentes e eles distinguiam-nas. Era essa diferença que queriam deixar marcada.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que o Sr. Vereador Manuel Pisco, realmente, não tinha uma prática de lidar com as redes sociais e já se tinha percebido. Não lia as notícias, lia comentários. Quando era colocada uma notícia nas redes sociais existiam comentários, uns a favor outros contra. Lia os comentários, certamente tinha sido isso que tinha acontecido. Só podia entender isso assim.



Isso não existia lá na notícia e se havia alguém que dizia que se substituíam ao Governo eram os senhores da CDU, muitas vezes, e muitas vezes eles concordavam e achavam que era verdade e não contestavam isso. Quando a senhora Presidente dizia, sabiam que, algumas vezes, era verdade. Algumas vezes, nem sempre.

Era isso que tinha a dizer ao senhor vereador, que adquirisse mais prática de lidar com as redes sociais, porque, realmente, não percebia muito dessa coisa.

Sra. Presidente – Disse que começava por falar de personalidades. Tinha uma personalidade que não deixava passar em claro nem em branco, nem o que quisessem, mentiras, coisas enviesadas e falsas notícias. Costumava dizer que quem não se sentia não era filho de boa gente e era filha de boa gente, humilde, mas muito boa gente. Não era, como se costumava dizer, rolha de cortiça, não se mantinha à tona da água para arranjar tacho ou o que quer que fosse à conta do seu partido. (Tinha aquele e havia de o ter até morrer). Não era rolha de cortiça, não era daqueles que andavam ali a dizer “nim” e depois diziam outra coisa. Também não tinha arranjado, à conta do seu partido, esses tachos, nem nunca tinha arranjado trabalho. Se estava ali era por mérito próprio. Indicada pelo seu partido, era certo, mas por mérito próprio e muito trabalho, muita entrega à causa, muita entrega a Setúbal, numa ação missionária que não tinha feito sozinha, que tinha feito com muita gente.

Portanto, quando via muita injustiça não se calava. Não pensassem que por estarem a um ano das eleições passaria a ter umas asas de anjo e passaria a estar calada, porque assim é que estava bem. Que não confundissem frontalidade, seriedade, esclarecimento, informação e reposição da verdade com uma pessoa arruaceira ou conflituosa. Enganavam-se, podiam dizer o que quisessem, que não se calaria nunca.

Já tinham percebido, a estratégia do Partido Socialista era sempre assim, um ano e tal antes. Achava que era um bocado de ADN do Partido Socialista. Estava farta de dizer isso: “*É um bocado de ADN do Partido Socialista, tem uma série de gente rolha de cortiça: Depois, safamo-nos a dizer umas coisas ao contrário, umas “fake news”.*” Estavam na moda as “fake news”: “*Nós fazemos assim*” - e diziam as coisas com a maior convicção. Alguns deles estavam convictos que aquilo era verdade e, quando eles diziam: “*Mas, como é que isto pode ser verdade? Você esteve aqui? Tem conhecimento?*” Alertar para isso - se tinha conhecimento, se tinha passado por aqui, se tinha estado aqui, se vivia aqui - era uma coisa impressionante. Não se calaria e continuaria a não se calar. Só lhes ia dar um bocado mais de trabalho. Ainda bem que os estavam a avisar, só dava um bocado mais de trabalho, era arranjarem documentos.

Às vezes, confrontavam-nas e as pessoas diziam que não era bem assim. Estavam a ver que só dava um bocado mais de trabalho, porque as coisas tinham que ser desmontadas. Tinham que ser desmentidas? Tinham. As pessoas tinham que ser informadas? Tinham. Ia dar mais trabalho, mas tinham que ser informadas. Tinham que se lembrar muito bem do que tinha sido esta terra não havia muitos anos. O que tinha sido esta terra e o que era esta terra.

Portanto, senhor Vereador Fernando Paulino, o que estavam a fazer era demagogia, sim. Era populismo, sim. (Estava a dizê-lo com calma e, depois, estragava a reputação. Era muito refilona). Era demagogia e populismo, sim.

Nunca tinham querido saber da cidade quanto mais das praias. Se aquilo estivesse tudo ao molho e fé em Deus, os carros, se houvesse acidentes, se houvesse não-sei-o-quê, não interessava nada. O que interessava era que as pessoas – coitadas das pessoas – tinham que passar nos dois sentidos ou tinham que ficar afuniladas nos sentidos depois. Depois, alguém que resolvesse os acidentes. Acidentes que podiam ser acidentes rodoviários, incêndios, etc, qualquer forma de acidentes. Podia acontecer o que acontecesse que não havia problema. O que interessava era ir lá dizer às pessoas: “*Coitadas das pessoas.*” Se as pessoas estavam lá ilegais, enquanto outras estavam legalizadas, pagavam os seus impostos, tinham feito o caminho das pedras para se legalizar junto do ICNF, da Câmara Municipal, da APA, pagavam os seus impostos, etc, mas não interessava nada. O vizinho do lado, que não tinha feito nada disso, que tinha ações de despejo porque não se tinha legalizado, ganhava tanto ou mais do que o outro que se tinha legalizado e do outro que



pagava impostos. Era como em tudo na vida. O que interessava era ir lá apoiar aqueles que reivindicavam o acesso aos seus restaurantes, não interessava como, mesmo que aquilo afunilasse tudo. Não interessava como, fizessem-lhes chegar lá a receita, por favor. O que era isso? *“Eu não pago impostos, mas ajudem-me cá a resolver a receita.”*

A pessoa que estava a reivindicar tinha estado de acordo com a construção do passadiço, desde que servisse para fazer a esplanada do seu restaurante. Se tivessem deixado estar lá a esplanada do seu restaurante ou se tivessem deixado estar a esplanada mesmo na esquina não teria havido problema. Mas, como não tinham deixado a esplanada estar no caminho para o outro lado, para o acesso à outra parte da praia, nem tinham deixado a esplanada estar em cima do passadiço, já não estava de acordo com o passadiço. Isso tinha que ser tudo denunciado. Ia dar muito trabalho, mas ia ser tudo denunciado. Se tivessem deixado esse senhor ter a exploração do cais, que tinha custado muito à Câmara Municipal (300 e tal mil euros), se tivessem deixado esse senhor explorar aquele cais, seriam os maiores do mundo. Não deixariam, mas o Partido Socialista sabia disso tudo, não estava a dizer nada de novo. Só tinha era que denunciar. Era o trabalho que o Partido Socialista lhe estava a ajudar a fazer - muito obrigada ao Partido Socialista -, era a denunciar, passo a passo, todos esses. Tinham relatórios de uma equipa extraordinária, que tinha várias pessoas. Era uma equipa multidisciplinar que tinha pessoas das várias áreas da Câmara Municipal. Pessoas do Urbanismo, das Obras Municipais e do Turismo, que trabalhavam nessas áreas todas. Pessoas que tinham uma equipa, tinham criado uma equipa e tinham dado a essa equipa o nome de Valpraías. Tanto que essa gente tinha trabalhado, tanto respeito que essa gente merecia. Quando estavam todos na cama - também se incluía -, às vezes, ao sábado ou ao domingo, às 6 da manhã estavam nas praias, a montar pilaretes de segurança, baias de segurança para as pessoas não porem ali os carros, para haver vaivéns para baixo e para cima. Para haver segurança, eles estavam lá, esses mais os outros que, não fazendo parte do grupo - estava a olhar para o José Miguel Madeira, que era um dos que lá estavam às 6/7 da manhã -, mais o grupo dos outros que punham as baias, para a segurança das pessoas.

E vinha o Partido Socialista dizer: *“Nós não somos populistas, nem nada que se pareça. Nós temos asas, nós somos anjos. Somos gente que está a fazer isto mesmo preocupados com as pessoas.”* Sem pôr nem tirar, preocupadíssimos com as pessoas. Aquilo tinha estado ali tantos anos e eles estavam tão preocupados que deviam ir à praia e também punham o carro assim, ao molho, como lá estavam os outros. Punham o carro de forma igual, igualzinho. Tinha no programa eleitoral, mas não cumpria o programa eleitoral.

Tinha sabido que tinham feito aquele passadiço na praia da Figueirinha. Pensava que tinha sido o ICNF a fazê-lo, mas tinha sabido que tinha sido o Mata Cáceres a fazê-lo. E, depois? E o resto? E as fossas, que estavam lá de forma mentirosa, demagógica? As fossas de quem tinha a responsabilidade de cuidar das praias, que era o Ministério do Ambiente. Quando abriram, as fossas não tinham fundo. Sabiam? Aquilo, durante tantos anos que não foram limpas, não foram removidas, não eram substituídas, não tinham fundo. Era aquilo o Ministério do Ambiente e era a Câmara que vigiava aquilo tudo. Não havia ninguém, se calhar, a queixar-se à Câmara, provavelmente.

Agora, vinham dizer *“coitados daqueles senhores”*, que eram ouvidos pelas pessoas, por essa equipa - e o engenheiro Madeira também tinha ouvido muitos - vezes sem conta. Vezes sem conta, ouvidos pelas pessoas todas: *“Há problema neste, há problema no outro, vamos lá tentar resolver, vamos lá resolver com eles, vamos falar com eles.”* Faziam reuniões na Casa da Baía, para preparar a época balnear, para ver como é que as coisas podiam, de facto, funcionar melhor. Ouviam toda a gente, só não ia lá quem não queria: Os legais, os ilegais. Iam lá todos, só não ia quem não queria.

Agora, demagogos não eram. Não iam estar ao lado das pessoas que tinham os restaurantes para serem demolidos. Não iam estar ao lado delas. A APA tinha decidido isso havia muito tempo e havia muito tempo que a APA deveria ter demolido algumas instalações que lá estavam, que não tinham condições nenhuma. Os dejetos iam para o rio, etc. Não pactuavam com isso. Não tinham condições de legalização possíveis. Portanto, isso era a



demagogia do Partido Socialista. O Partido Socialista até sabia bem quem eram as pessoas que estavam ilegais, ó se sabia. Ali não dizia mais.

Asinhas, não, seriedade, sim, porque tinham reunido com eles. Podiam fazer queixa aos senhores Vereadores do Partido Socialista à vontade, porque não tinha provimento, não tinha andamento. Os senhores vereadores traziam ali ou iam à busca da coisa, porque havia quem informasse. Havia advogados que faziam a ligação das informações e, portanto, iam lá fazer política à conta daquilo que sabiam. Eles próprios estavam a fazer e a proceder mal. Portanto, havia ligações. Só lhes dava trabalho a desmascarar isso tudo, porque, depois, ia dar-lhes gozo, a eles, *“step by step”*, desmancharem aquilo tudo.

Portanto, senhor Vereador Fernando Paulino, não eram populistas, não, eram populistas e demagogos. Tinha-lhe faltado essa palavra. Não eram, não, eram populistas e demagogos. Tinham muita consciência das dificuldades deles e tinham consciência das ilegalidades que eles tinham cometido, especialmente esses a quem tinham ido falar, àqueles a quem tinham ido falar. Sabiam disso e, portanto, era melhor dizerem à APA, que era do Governo do Partido Socialista, ou dizerem aos deputados, que agora vinham cá com tanta regularidade para prepararem as eleições. Faltava um ano para prepararem as eleições: *“Eh, pá, temos que dizer ao nosso Ministro da Ambiente para autorizar isto aos homens. Quero lá saber se aquilo está cheio de ferrugem, se está a poluir o rio, se os dejetos vão para o rio. Quero lá saber disso! Pá, temos que dizer ao nosso ministro: “Vamos lá a visitar, com os deputados da Assembleia da República.”*

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que, ali, não representavam interesses particulares e perguntou à Sra. Presidente se estava a insinuar que representavam interesses particulares e estavam a defender interesses de pessoas, em particular.

Sra. Presidente – Disse que não estava a insinuar, estava a dizer isso, exatamente.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Perguntou se a Sra. Presidente tinha consciência daquilo que estava a dizer e que isso era uma teoria da conspiração. Isso era uma coisa, isso até admitia. Agora, que representavam os interesses dessas pessoas quando tinham ouvido todas as pessoas...

Sra. Presidente – Disse que não tinham ouvido nada todas as pessoas. Era para, depois, dizerem ali que havia falta de ética.

Era pena não estar ali o Marques, que era para saber o que era falta de ética. Havia sangue a ferver por todos os lados, era o calor da discussão. Era pena ele não estar ali para ouvir. O Vereador Fernando Paulino não tinha estado na sessão da Assembleia Municipal. Havia deputados a dizer que era falta de ética quando dizia assim ou dizia assado. Portanto, era pena que ele não estivesse ali, porque era do seu partido, para ver o que era falta de ética. Não havia falta de ética, havia sangue a ferver e havia coisas assim. Parecia que queriam ter asinhas. Eram tão santinhos, e, depois...

Portanto, em relação às questões, as pessoas eram livres para porem as questões onde quisessem e com quem quisessem. Até podiam ir ao Papa Francisco. Podiam dizer a toda a gente, mas, depois, eles diziam assim: *“Mas, houve, aqui, défice democrático? Não recebemos? Não atendemos? Não conversámos com as pessoas?”* Não tinha havido, portanto, estavam descansados. Podiam resolver-se as questões? Não podiam, estavam descansados. Estavam a privilegiar e estavam a salvaguardar a segurança de todos, até deles, que estavam lá a trabalhar em baixo? Então, estavam descansados, estava tudo bem. Portanto, podiam ir queixar-se onde eles quisessem. Não se conseguia resolver aquilo.

A questão da circulação rodoviária não era fácil de resolver. Havia concessionário que tinha escrito uma carta um bocado agressiva. Por acaso não era do Portinho, era ao lado, era do Creiro. Tinha-lhe dado vontade de rir e, como era uma mulher frontal, tinha-lhe dito: *“Olhe, se não se importasse, gostaria de olhar nos seus olhos e o senhor dizer-me tudo na cara, o que está a dizer aqui, no papel.”* Sempre que vinha assim uma carta, ia logo à conversa: *“Vamos*

embora, vamos lá conversar. Vá, agora diga lá aqui o que está a dizer na carta.” Alguns não vinham. Aqueles sérios não vinham, mas havia outras pessoas que vinham. Às vezes, não era uma questão de seriedade, tinham também o coração na garganta ou tinham o sangue mais “caliente” e, então, conversavam. Esse senhor tinha vindo à conversa. É claro, depois de conversarem e de ele dizer o que queria dizer - também lhe tinha respondido -, tinha acalmado e tinha-se ido embora.

Esse senhor, depois, nas sucessivas cartas que tinha enviado, tinha passado a propor que se esventrasse a serra para se criar um parque de estacionamento para o restaurante. Dele. Achava isso fantástico. Era claro que esse homem podia ir a quem quisesse: Ao Papa, ao Partido Socialista, ao Social-Democrata, ao PAN. Podia ir a toda a gente. Nem propunham a ninguém, só diziam que era maluco. Podia queixar-se à vontade. Dizia assim: *“Agora, tenho menos pessoas no restaurante.”* Pois, tinha que ter. Tinha as mesmas do ano passado, porque a circulação rodoviária estava igual ou tinha mais autocarros para aquela zona. Tinha mais autocarros, portanto, era igual ao que tinha o ano passado. Tinham menos gente por razões óbvias, porque a limitação não era muito rígida nas praias, mas havia limitação e havia o medo das pessoas de irem aos magotes, como iam antigamente. Eram duas coisas, a limitação e o não irem aos magotes. Mesmo assim, a vida não lhe estava a correr mal. Estava chateado porque lhe tinha perguntado se estava a brincar ou se estava acordado ou a sonhar. A sua segunda proposta tinha sido fazerem socalcos ou plataformas pela serra, para irem pondo os carros. Depois, fazia-se uma espécie de passadiço que ligaria as várias plataformas de estacionamento espalhadas pela Serra, para as pessoas saírem e irem para a praia. Não sabia onde é que essa gente vivia, se era na Terra ou no planeta Marte. Portanto, podiam ir queixar-se. Podiam ser um dos que se queixavam.

Quanto à D. Elsa, que era a Elsa da Câmara, era a Elsa de toda a gente, que sempre tinha trabalhado de uma forma sempre séria e honesta no gabinete do Partido Socialista séria, para eles não havia nada a apontar. Portanto, era só agradecer o trabalho que tinha feito na Câmara Municipal, quer enquanto tinha estado no apoio ao gabinete do Partido Socialista, quer quando o Partido Socialista tinha estado no executivo, em funções. Também tinha sido uma excelente funcionária da Câmara Municipal, segundo a informação que tinha. A informação que tinha era que tinha corrido sempre bem. Portanto, quando era sim, as pessoas deixavam saudades, mas o dia da Elsa haveria de chegar a todos eles. Se não chegasse era mau sinal, era porque já não havia reformas e porque já tinham ido, já eram. Era bom que houvesse reformas e era bom que tivessem todos o dia em que chegassem aí, era o dia em que iam fazer outras coisas e a Elsa tinha lá muito para fazer. Nem queria pensar, só que, agora, tinha que fazer mais dessas coisas. Agradeceu por tudo o que tinha feito enquanto funcionária da casa.

Queriu aproveitar, como tinha dito o Vereador Nuno Carvalho, para, através da Elsa, também cumprimentar todos aqueles para quem já tinha chegado a hora da aposentação. Recentemente, tinha sido uma revoada jeitosa. Sabia, porque andava nos corredores e, nos Paços do Concelho, tinham sido 3 ou 4 que lhe tinham dito que era o seu último dia, com pena e com alegria de quem tinha gostado de ali estar. (Só fariam esse discurso no dia 15 de setembro, em que se esperava que se encontrassem para fazer a homenagem no Dia da Cidade. Tinham que se encontrar nesse dia. Se não estivesse lá, muitos estariam). Através da Elsa, cumprimentava, também, todos os que tinham cumprido o seu serviço à causa pública. Aquela casa servia a causa pública e, portanto, não tinham sido só simples trabalhadores da casa, tinham servido, através daquela casa, o povo, a população de Setúbal. Muito obrigada por isso.

Estava de acordo com a proposta de saudação conjunta do Vereador Paulo Lopes, relativamente aos aniversários.

Em relação ao comércio local, tinham quer ver as rendas. Tinham que ir a reunião da Câmara, já tinham visto isso na reunião anterior. A extensão é que era difícil ser até final do ano, porque já tinham perdido mais de 1 milhão de euros. Toda a gente estava a perder e a Câmara Municipal também não era exceção. As coisas não estavam fáceis e havia alguma restauração que não estava a diminuir as mesas, estava a aumentar as mesas e as áreas. A

propósito do desconfinamento, alargavam o espaço, punham o dobro das mesas. Portanto, eles não viam nada. Não estavam a cobrar nada, mas tinham que repensar muito bem a data. Por isso é que ainda não tinha vindo a proposta, estavam a ver o que é que estava a acontecer. Já tinham sentido a cidade melhor. A cidade estava a ser, também, vítima um pouco do receio e do medo que se estava a propagar na Área Metropolitana de Lisboa. Estavam a sentir as pessoas mais à vontade - quando dizia pessoas dizia comércio, pequenas e médias empresas - e o que sentiam era que, por via desse receio, do aumento que se estava a verificar na Área Metropolitana e daquilo de que estava a acontecer em relação a essa expansão da Área Metropolitana, não vinham a Setúbal. A zona ribeirinha tinha dias, porque era onde vinham mais pessoas da área Metropolitana.

Os números estavam a subir. O que tinha acontecido na Galé tinham sido, logo, mais 13 infetados para Setúbal, que tinham vindo da festa da Galé. Isso estava a criar alguma preocupação. Tinha sido por isso que ainda não tinham decidido. Estava a baixar e a criar alguma normalidade. As pessoas tinham começado a sentir que era à vontade - não era à vontade, era à vontade - e, portanto, tínhamos começado, todos nós, a abrir um bocadinho o leque. As coisas estavam más. Era só mais uma reunião, para verem exatamente o que é que dava, se ia até setembro.

Em relação aos telhados de fibrocimento, havia uma questão muito importante. Era que, no anúncio do Governo, não dizia o que é que eram rubricas elegíveis ou não elegíveis. Como havia um provérbio que dizia *“gato escaldado de água fria tem medo”* e sabiam muito bem o que tinham sofrido para receberem o dinheiro do pavilhão de Aranguez, por exemplo. Era tudo à vontade (*“vocês façam lá o pavilhão e, depois, a gente paga”*) e tinham-se visto aflitos - o pavilhão não eram eles que tinham que pagar - para receber 1 milhão. Estavam aflitos para receber aquilo que lhes era devido pela obra do Forte de São Filipe, que eram mais 2 milhões e tal (*“sim, sim, façam lá, façam lá”*). As empresas tinham que saber que o cabimento estava a sair da Câmara Municipal, porque estava a fazer um favor, para ser mais rápido. Depois, não sabiam se havia, ou não, dinheiro. De vez em quando, era preciso ir para Lisboa e pôr a mão na cintura: *“Estamos a brincar com isto ou quê?”* E lá vinha o dinheirito. Tinham 5 escolas nessas condições - incluindo as nossas, que estavam encapsuladas, mas saíam do encapsulamento -, as outras eram muito grandes e eram muito caras e o anúncio só dizia que era “x” o metro quadrado. Porque é que era “x” o metro quadrado? Tinham era que dizer que pagavam na totalidade a empreitada, mesmo com fiscalização do próprio ministério, como não podia deixar de ser, como achava que tinha que ser. Tinha que haver fiscalização do próprio ministério, para verem a empreitada. Não, era “x” o metro quadrado. Sabiam muito bem o que é que estavam a fazer, sabiam muito bem que “x” o metro quadrado podia não chegar. E *“pagavam as despesas elegíveis”*, sem dizerem quais eram? Era engraçado. E se o Município fizesse as contas e dissesse assim: *“Não sabemos quais são as despesas elegíveis - e, por exemplo, era 50 euros por metro quadrado - e os nossos serviços já disseram que era mais o metro quadrado, já disseram que era perto de 60, por exemplo, uma diferença de 10 euros na obra é muito dinheiro e os municípios de Setúbal não têm nada que pagar.”*

Mas, se não o fizessem, isso seriam violinos para o Partido Socialista, para, depois, dizer que não tinham feito e tinham tido uma oportunidade de mudar o amianto. Não o tinham feito porque a Câmara não tinha querido. Seriam violinos para o Partido Socialista. Não lhes iam dar esses violinos, porque iam pôr-se à porta do ministério, a dizer: *“O que são coisas elegíveis? Aqui, não saímos. - Está aqui o caderno de encargos!”* Então, chamava a televisão, para dizer que estava ali o caderno de encargos e que não tinham feito porque eles não tinham querido, não diziam o que era elegível, nem diziam que pagavam a obra. Era o preço que fosse, não tinham que dizer à Câmara que o preço era “x”. A Câmara é que estava a lançar e era o preço tal? Era para a porta do ministério que iam, era só para saberem.

Estavam muito bem informados, porque os senhores deputados do Partido Socialista visitavam empresas e instituições do Partido Socialista. A Associação de Socorros Mútuos era do Partido Socialista e a CityPrint idem. Claro que eram tudo coincidências. Até podia ser que no Portugal 2020 também fossem beneficiados. Podia ser e, depois, esgotava-se o dinheiro.

4

Podia ser que fossem, também, discriminados positivamente, mas não tinha nada contra. Ia ter que ser tudo desmanchado, desmascarado.

As do Partido Comunista, sabiam quem é que as visitava? Quando o PSD estava no Governo, eram visitadas pelo PSD, o que era porreiro. Incomodava ouvir a verdade, mas tinha que o dizer: Quando estava o PSD, era uma sorte para os comunistas, iam logo lá, em primeiro lugar e, depois, havia sempre um subsídiozinho. Não havia governos do Partido Comunista. Era verdade que, quando ia o PSD, havia sempre um subsídiozinho. Se não sabiam, ficavam que a saber. Tinha essas listas todas, de um lado e do outro. Tinha tudo e sabia quando é que eles eram prejudicados.

Os deputados da Assembleia da República tinham sempre informação privilegiada e o senhor Deputado à Assembleia da República Fernando José tinha ali dito que, de certeza, que se ia fazer o hospital este ano e eles tinham dito que não saía o hospital. Já estávamos em julho, mas não vinham cá dizer quando é que saía o hospital. Não saía o hospital, não saía mesmo, não ia sair.

Não estava de acordo com esse movimento que tinha surgido. O que queria era que começasse a obra do hospital. Se houvesse alguma coisa para alterar, toda a gente sabia que em sede de obra podia alterar-se o muro para a frente ou para trás. Agora, que comesçassem a obra. É que o movimento até dava ao Governo. Depois, começavam a dizer que não tinham feito a obra do hospital porque tinha sido alterada. Já estava farta de explicar porque é que tinha sido alterado o projeto. Estivessem, quietos e comesçassem a obra. Até dava jeito. Não estava de acordo nem tinha que estar de acordo com eles. Era livre ou não? Tinha que estar de acordo com eles?

Ao Vereador Paulo Lopes admitia muita coisa, porque era uma pessoa educada. Sabia que tinha sido com a educação e com graça que tinha feito isso. Portanto, dele não se chateava nada. Era verdade, estava lá: *“Apoiantes de Maria das Dores”*, mas não estava de acordo com eles. Eles não estavam a ver bem o filme. Fizessem o favor de começar o hospital. Fizessem o favor de lhes trazer ali informação sobre o hospital, porque a senhora Ministra não lhes concedia tempo para informar isso. Não estava a crucificá-la, já chegavam os outros do partido dela que a crucificavam. Até achava que era injusto, não era justa aquela conversa. Estavam à espera que os atendessem e até já tinham pedido ao Secretário de Estado, porque entendiam que a situação o impunha. Se ela não tivesse tempo para os atender era mais do que lógico.

Estava em ar de crítica porque achava que os tempos que corriam, para aquela ministra ou outra ministra qualquer, não eram fáceis. Gostava de saber o que é que custava estar na pele daquela ministra. Não estava ali a reivindicar, mas já tinham pedido ao Secretário de Estado para lhes dar dados, até pelo telefone.

Aproveitava, também, para partilhar uma informação interessante que tinha recebido pelo telefone, a falar com o Secretário de Estado e com a Direção-Geral das Construções Hospitalares. Tinha sabido que o Centro de Saúde de Azeitão ia arrancar e, para o Centro de Saúde que estava aprovado pelo Ministério para trás da Praça de Portugal, tinham tido uma reunião com alguns moradores da Bela Vista que lhes tinham pedido que o Centro de Saúde fosse para onde inicialmente estava previsto, que era para a Bela Vista, para a entrada de Bela Vista, onde estava agora a estátua dos 5 continentes, mais ou menos aí, naquele pedaço entre a escola e outra coisa. Queria dizer que, mesmo sem ter conseguido falar com a Ministra, tinham tido resposta do Ministério, favorável a essa proposta. Isso era justo que se dissesse. Se a ministra não os atendia era porque tinha outras coisas para fazer, mas o Ministério não estava parado, pelo menos em relação a eles. Não estava parado e estava a dar resposta. O local tinha sido autorizado. Não tinham conseguido reunir, havia coisas para ver, mas já estavam de acordo. Tinha visto, tinham estudado o assunto e estavam de acordo. Portanto, nada a apontar. O que era verdade e sério tinha que se dizer.

Quanto à Comenda e à solidão do processo dos escuteiros, estavam a *“puxar”* por ela. Não era anjinha, porque, quem tinha pedido essa solidariedade tinha sido um membro do Governo. Tinha respondido que era muito mais fácil esse membro do Governo, que era Secretário de Estado da Educação estar ao lado dos escuteiros, nas duas qualidades, do que



à Câmara Municipal, que já estava numa frente de batalha. Tinha sido isso que tinha dito ao senhor Secretário de Estado. Provavelmente, como tinha dito isso, ele tinha-se sentido sozinho e, depois, tinha feito as declarações que tinha feito, para as redes sociais, lamentáveis para um Secretário de Estado. Tinha levado a resposta pelo Vereador Ricardo Oliveira, mas era lamentável um membro do Governo expor-se daquela forma. Só vendo aquilo que estava escrito.

Agora é que estava a perceber, devia ter ficado chateado, porque tinha ficado só e ia continuar só. O senhor Secretário de Estado ia continuar só. Ou os escuteiros se demarcavam do senhor Secretário de Estado ou ele ia continuar só, que era dizer, pessoalmente, ao Secretário de Estado, muita coisa que ia ter que dizer. Ia dar muito trabalho, mas iam desmascarar passo a passo. Quanto à solidão dos escuteiros, não havia solidão dos escuteiros, havia a solidão da forma como ele tinha pedido a solidariedade para os escuteiros. Era outra coisa. Se ele fosse sério, diria o que lhe tinha explicado. Portanto, como os escuteiros não tinham vindo pedir nada, não tinham vindo pedir solidariedade nenhuma, quem tinha pedido solidariedade tinha sido o senhor Secretário de Estado. Isso ia custar muito a desmanchar, mas ia ser tudo *“step by step”*. Até dava gozo.

Em relação à Capela de São Luís, já estavam a ver que é que iam fazer. Já estavam dois advogados a verem o que é que haviam de fazer. O acesso à Capela de São Luís já lá tinha os prumos, não sabia se já não tinham chegado mesmo os portões. Os advogados já estavam a tratar disso. A Capela de São Luís, de facto, estava na propriedade deles, mas estavam a falar de um local público, de culto, com tradições. Era uma coisa que não entrava na cabeça de ninguém. Estava a ser uma coisa que não entrava na cabeça de ninguém. Não só não tinham cumprido o acordo verbal, como, de facto, tinham feito um protocolo escrito, como já tinha referido ali, com algumas cláusulas que eram coisas do outro mundo e que eram impossíveis de concretizar. Pedir às pessoas, à porta, o registo criminal? Onde é que ficava a proteção de dados? Para utilizar o Parque da Comenda? O que era isso? Estavam aonde? (*“Dê lá aí o registo criminal e o Cartão de Cidadão e sai às 5 horas e, agora, a Câmara que limpe lá isto”*). Portanto, os espaços já estavam a ser avaliados, até pelas Finanças, e o processo estava a ser tratado para a expropriação. Não sabiam se ia ter sucesso, mas não fazer nada é que não era nada.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Projeto de Ata da reunião ordinária de câmara de 03 de junho de 2020

A Sra. Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade dos presentes na referida reunião, não tendo havido discussão sobre o mesmo.

2. Deliberação n.º 190/20 – Proposta n.º 07/2020 – GAP – Atribuição de subsídio à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Setúbal

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 11, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.



3. Deliberação n.º 191/20 – Proposta n.º 08/2020 – GAP – Moção – Urgência de obras de requalificação da Escola Secundária do Bocage

O Sr. Vereador Ricardo Oliveira leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 12.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que antes de ler aquela proposta, queria fazer um pequeno enquadramento.

Referiu que aquela proposta tinha sido o resultado de alguns anos de diferentes posições que tinham sido assumidas e tomadas pelos Órgãos de Gestão da Escola Secundária do Bocage, pela Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Secundária do Bocage pelas Associações de Estudantes da Escola Secundária do Bocage, pelo Conselho Geral, da Escola Secundária do Bocage, pela Direção da Escola Secundária do Bocage. Cumprimentou a presença do Sr. Diretor Pedro Tildes e da Sra. Conselheira Sílvia Gomes, que em tempos, tinha sido Presidente da Associação de Pais e Encarregados de Educação e que tinha tido um papel importantíssimo naquele processo, e que a atual Associação, que o Sr. Vereador Paulo Lopes, fazia parte, também tinha tido um papel importante.

Disse que o que estava ali proposto não era apenas o que a vereação colocava e propunha à câmara, mas tinha sido o entendimento, a leitura, daquilo que tinham sido os contributos concretos que lhes tinham chegado e que depois também poderiam ser partilhados pela restante Câmara.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que em primeiro lugar queria cumprimentar o Sr. Diretor da Escola, Pedro Tildes, e a Sra. Dra. Sílvia Gomes da Silva, conselheira e sua colega no Conselho Geral do Liceu.

Referiu que tinha três filhos na Escola Secundária do Bocage, fazia parte da Associação de Pais e do Conselho Geral. Tinha participado de forma ativa, na reunião entre o Sr. Vereador Ricardo Oliveira e a Associação de Pais, como elemento da Associação de Pais, elencaram várias situações que estavam ali espelhadas.

Disse que não sabia se existia alguma incompatibilidade de ele votar aquela moção, pensava que não, mas mesmo se houvesse, seria um risco que corria de bom grado, porque se tratava da escola dos seus três filhos, tratava-se da escola onde ele tinha andado, tratava-se da escola dos filhos de setubalenses, que efetivamente tinham um ensino de qualidade, mas tinham um equipamento que não se adequava à qualidade que aquela escola refletia, e à qualidade que queriam para a educação em Portugal e em Setúbal concretamente.

Aquela tinha sido uma escola que tinha ficado fora do programa do Parque Escolar, aquela era uma escola que tinha tido pequenas intervenções quando as coisas atingiam situações limites e, portanto, o Partido Socialista iria associar-se àquela moção.

Disse que não sabia se as entidades ouvidas tinham tido acesso à redação final da moção, sabia que a Associação de Pais, só no dia anterior tinha tido acesso à redação final, mas pensava que se reviam totalmente naquele texto.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que tinha feito menção, porque tinha visto e com toda a pertinência, aquele documento inserido na ordem de trabalhos, quis cumprimentar os representantes da comunidade educativa, naquela que tinha sido a sua escola, a escola que tinha frequentado. Conhecia bem aquela matéria, porque tinha passado pelo período antes das obras, sabia bem o que era não ter educação física, tinha sido um aborrecimento, devido à idade que tinha na altura, conhecia muito bem a situação, de tal forma que se não estava em erro, ainda tinha acompanhado o arranque das obras.

Aquela era uma escola, que naturalmente pela história que tinha, estava ligada a uma série de pessoas da cidade, e era uma escola que fazia parte da cidade, não desmerecendo de nenhuma das outras, mas existiam escolas que tinham mais história que outras, porque estavam ali há mais tempo. Achava que, de certa forma, era preciso chamar à atenção,



porque existia uma dignidade que era preciso atribuir a todos os edifícios, a todo o parque escolar, como tinham falado há pouco. Portanto, não poderia deixar de se associar àquela moção, e como era óbvio, não tinha nenhuma incompatibilidade, porque tinha estudado naquela escola, como era evidente isso não existia, existia a vontade de resolver aquele tipo de problemas, era fundamental que isso acontecesse, porque se não entrariam num efeito “bolo de neve” e eles só se agravariam para o futuro.

Saudava a pertinência daquela moção, associava-se a ela, e achava que qualquer um deles tudo faria, o que estivesse ao seu alcance, para que aquele tipo de problemas se revolvessem no conselho, com uma vontade expressa que se resolvessem no resto do país.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

4. Deliberação n.º 192/20 – Proposta n.º 09/2020 – GAP – Direito de superfície sobre o prédio urbano descrito na Primeira Conservatória do Registo Predial de Setúbal, sob o número 968 da referida freguesia e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 2304 – Estádio do Vitória Futebol Clube

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 13 e 14.

Sra. Vereadora Sandra Gomes – Disse que em relação a outras situações relacionadas com o Vitória que já tinham ido àquela Câmara, pedia escusa, pelos motivos anteriormente mencionados.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que na qualidade de Vereador, de setubalense, azeitonense e vitoriano saudava aquela proposta e votavam favoravelmente.

Sra. Presidente – Disse que já toda a gente tinha percebido o teor, era que no caso de haver alguém, quando aquilo fosse a hasta pública, querer ficar com o crédito e vir fazer especulação e obrigar o Vitória ou a pagar uma renda, a quem comprasse o crédito, ou a proibir o Vitória de jogar, sabia-se lá o que poderia acontecer e, portanto, assim sendo, uma vez que a história da cidade se confundia com o Vitória e o Vitória era a cidade, e a cidade era o Vitória, ficando em nome da Câmara Municipal, ninguém poderia, pelo menos no direito de superfície, tocar, proibindo assim o Vitória, ou os setubalenses de utilizarem aquele estádio, aquele espaço. Portanto achava que aquela era uma proposta que os unia, e em que estavam todos no mesmo barco, eram poucas as coisas em que estavam no mesmo barco, mas ali estavam no mesmo barco.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

5. Deliberação n.º 193/20 – Proposta n.º 48/2020 – DAF/DICOMP/SECOMP – Concessão do direito de exploração do Edifício do Lago, sito no Parque do Bonfim, em Setúbal

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 15 a 18.

Sra. Presidente – Disse que como os Srs. Vereadores sabiam, aquele equipamento parecia que estava malfadado, já tinha tido ali tanta gente a ocupar aquele espaço, e havia sempre

problemas, mais uma vez a pessoa que lá estava abandonou o espaço e, portanto, era novamente ali colocada a concessão do direito de exploração daquele edifício. Iam abrir um concurso público, existia muita gente interessada naquele espaço.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

6. Deliberação n.º 194/20 – Proposta n.º 49/2020 – DAF/DICONT - 8.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 7.ª ao Plano de Atividades e 7.ª ao Plano Plurianual de Investimentos

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 19 e 20, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor, da CDU, e 4 abstenções, 3 do PS e 1 do PSD.

7. Deliberação n.º 195/20 – Proposta n.º 50/2020 – DAF/DICONT/SERGEP – Contrato de Comodato a celebrar entre o Município de Setúbal e o Grupo Desportivo e Recreativo “O Sindicato”

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 21 e 22, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

8. Deliberação n.º 196/20 – Proposta n.º 51/2020 – DAF/DICONT/SERGEP – Contrato de Comodato a celebrar entre o Município de Setúbal e a Federação das Coletividades de Setúbal

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 23 e 24, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

9. Deliberação n.º 197/20 – Proposta n.º 52/2020 – DAF/DICONT/SERGEP – Contrato de Comodato a celebrar entre o Município de Setúbal e a Associação de Atletismo Lebres do Sado

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 25 e 26, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

4

10. Deliberação n.º 198/20 – Proposta n.º 53/2020 – DAF/DICONT/SERGEPI – Contrato de Comodato a celebrar entre o Município de Setúbal e o Núcleo dos Árbitros de Futebol da Cidade de Setúbal

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 27 e 28, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

11. Deliberação n.º 199/20 – Proposta n.º 54/2020 – DAF/DICOMP/SECOMP - Concessão, construção e exploração de quiosque destinado à promoção turística, venda de brindes e merchandising, relacionados com a região de Setúbal

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 29 a 32.

Sra. Presidente – Disse que propunham uma espécie de peixe gigante, frente ao Museu de Arqueologia, naquele espaço, naquele quadrado, que de momento não tinha nada, que estava na placa central da Avenida. Dentro desse peixe gigante iriam ter a venda de brindes, merchandising, promoção turística e gostariam de dar aquilo à exploração.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que estavam de acordo com a proposta, com o peixe, e acima de tudo com a promoção turística da cidade e de terem um espaço vocacionado para tal na Avenida Luísa Todi. Mas entendiam, e isso não iria alterar em nada o sentido de voto, que seria favorável que a Câmara conseguisse arranjar pelo menos cinco espaços melhores que aquele para colocar um investimento daquele género.

Aquela placa, era uma placa que servia quase de rotunda, passava pouca gente ali, estava em frente a um Museu, e isso percebia-se, até porque havia ali uma ligação, mas era uma parte morta da Avenida, tinha pouca pedonalização porque as pessoas passavam de um dos lados da Avenida, nunca passavam pelo meio, não tinha uma passadeira direta, a passadeira estava mais à frente.

Sra. Presidente – Disse que tinham falado naquele espaço porque tinha havido muita gente a pedir aquele espaço, estava ali o Hotel Esperança, a Escola de Hotelaria, era para as pessoas andarem e passearem ali. Já existiam três pessoas interessadas.

Aquilo não estava jardinado, porque era para colocar ali o monumento para o Museu de Arqueologia, que já tinham solicitado vezes sem conta, com cartas e pessoalmente, para colocarem ali uma indicação que em frente era o Museu de Arqueologia, não tinham querido e, portanto, aquilo estava assim vazio por esse motivo. Quando tinham feito a obra, aquele bocado tinha ficado logo destinado para isso, ainda não era da AMRS, tinham dito à Dra. Joaquina para identificarem que em frente havia um Museu de Arqueologia, aquilo chamava à atenção, até faziam a obra de colocar ali uma peça deles, tinham dito que iam ver e já lá iam uns anos, desde que se tinha feito aquilo já lá iam, daqui a pouco, quase dez anos.

Portanto haviam pessoas que sabiam que aquilo estava ali morto, não havia ali árvores, não tinha nada, estava vazio, e pediram para colocar ali um quiosque, ou outra coisa qualquer. Então disseram que iam fazer “o bonequinho que gostariam” e iam lançar hasta pública.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.



**12. Deliberação n.º 200/20 – Proposta n.º 55/2020 – DAF/DICOMP/SECOMP -
Concessão do direito de exploração de snack-bar, sito no Largo Dr.
Francisco Soveral, em Setúbal**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 33 a 36 .

Sra. Presidente – Disse que o Largo Dr. Francisco Soveral, era no Largo da Ribeira Velha, era aquele café muito pequenino que estava na passagem, que pertencia à Câmara, era a Dona Lurdes que tinha aquilo, depois tinha subalugado, subarrendado, esse espaço pertencia à Câmara. Presentemente estava vazio, e existiam jovens interessados em ficar com aquilo, para fazerem ali uns *cocktails* e umas coisas.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**13. Deliberação n.º 201/20 – Proposta n.º 12/2020 – DCIRT/DITUR – Época
Balnear 2020 – Programa Arrábida Sem Carros 2020 – Retificação**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 37.

Sra. Presidente – Disse que aquela proposta tinha a ver com uma retificação que tinha sido feita àquele programa “Arrábida Sem Carros”. Tiveram que diminuir duas carreiras, estavam a ir muitas pessoas para a praia, de acordo com a lotação que tinha vindo da APA, a indicação do rácio que tinha vindo para as nossas praias, mesmo assim depois de se terem queixado tinha sido retificado, tinham dado mais alguns números. Para Albarquel tipo II, Figueirinha tipo II, Galapos tipo III, Galapinhos tipo III, e Portinho/Creiro tipo III. Portanto, a capacidade era muito inferior ao número de autocarros que estavam a levar pessoas para as praias e, portanto, era necessário suprir ali dois autocarros, um que vinha de Azeitão e outro que vinha, da cidade, daí aquela retificação naquele programa. O Sr. Ministro tinha dito que as indicações a vermelho não eram para cumprir, o vermelho não contava nada, mas eles gostavam de cumprir.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor, da CDU, e 4 votos contra, 3 do PS e 1 do PSD.

Sr. Vereador Fernando Paulino, fez a seguinte declaração de voto:

“Nós votamos contra porque não concordamos com o projeto na sua globalidade, por uma questão de coerência política”.

**14. Deliberação n.º 202/20 – Proposta n.º 13/2020 – DCIRT/GAFE – Voto de
Louvor aos voluntários e voluntárias do Projeto “Solidariedade Entre
Linhas”**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 38.

Sra. Presidente – Disse que agradecia muito o contributo daquelas pessoas. Tinham também havido muitos outros que tinham contribuído com espaços, gasóleo, outro tipo equipamentos, etc., a todos agradecia.



A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

15. Deliberação n.º 203/20 – Proposta n.º 12/2020 – DURB – Nomeação do Conselho Consultivo para Acompanhamento do Plano Estratégico da Cidade do Conhecimento – Setúbal

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 39, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

O Sr. Vereador Fernando Paulino, ausentou-se da sala, por motivos profissionais.

16. Deliberação n.º 204/20 – Proposta n.º 13/2020 – DURB/DIPU – Abertura do período de discussão pública do Plano de Pormenor da Salmoura

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 40 e 41.

Sra. Presidente – Disse que aquele era um processo complicadíssimo, longo, feito com a prata da casa, e aproveitava para saudar o doutor, engenheiro, arquiteto, geógrafo, que é aquilo que ele era, da Câmara Municipal, Vasco Raminhas, e que tinha sido de facto o chefe de equipa, daquela equipa fantástica, que tinha feito aquele Plano de Pormenor, e que estava aprovado pelas entidades. Era um processo muito longo, que ia para trás e para a frente, tinham que ir sempre adequando aos pareceres das entidades e tinha chegado ao fim e agora ia para discussão pública e esperava que corresse dentro da normalidade que tinha que acontecer. Parabenizou o Dr. Vasco Raminhas e toda a equipa.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

17. Deliberação n.º 205/20 – Proposta n.º 07/2020 – DRH/DIGAT – Recrutamento de trabalhadores para ocupação de postos de trabalho titulados por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado previstos e não ocupados no Mapa de Pessoal do Município de Setúbal para o ano de 2020, ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 30.º, n.º 4, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e 4.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.

O Sr. Vice-Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 42.

Sr. Vice-Presidente – Disse que aquele era um processo de recrutamento de larga escala que finalmente, ao fim de vários mandatos, era possível àquele Município a reconstituição dos quadros de pessoal, que estava “confinada”, estava retida, estava comprimida, havia muitos anos, ou por via do reequilíbrio financeiro ou depois por via dos anos da Troika, sempre

estiveram “confinados” e com muitas impossibilidades de recrutamento, num período largo era o Município que era impedido, noutra período largo eram todos os municípios e a administração pública que era impedida de recrutar. Ultrapassadas aquelas limitações iam tentar recompor o mapa de pessoal e estava ali o processo para o desencadear.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que queria valorizar aquela proposta que era, com certeza, um contributo importante que aquela Câmara daria para a estabilização do emprego na cidade de Setúbal, para a regularização da vida de muitas famílias do concelho de Setúbal, e naquele contexto de crise pandémica ganhava uma outra força, pensando até nalgumas intervenções e nalgumas questões que tinham sido ditas, na passada sexta-feira, na sessão da Assembleia Municipal de Setúbal.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

18. Deliberação n.º 206/20 – Proposta n.º 08/2020 – DRH/DIDEC – Doação de Géneros Alimentícios

O Sr. Vice-Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 43, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

19. Deliberação n.º 207/20 – Proposta n.º 09/2020 – DRH/DIDEC – Doação de Viseiras de Proteção

O Sr. Vice-Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 44, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

20. Deliberação n.º 208/20 – Proposta n.º 10/2020 – DRH/DIDEC – Doação de SABA – Solução antisséptica de base alcoólica

O Sr. Vice-Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 45, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

21. Deliberação n.º 209/20 – Proposta n.º 11/2020 – DRH/DIDEC – Doação de Viseiras de Proteção

O Sr. Vice-Presidente leu a proposta, cujo original fica anexos à presente ata sob o registo n.ºs 46, não tendo havido discussão sobre a mesma.



A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

22. Deliberação n.º 210/20 – Proposta n.º 2/2020 – CBSS – Aceitação de doação ao Município efetuada pela empresa “AICEP Global Parques”

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 47, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

23. Deliberação n.º 211/20 – Proposta n.º 13/2020 – DOM/DIHAB/SEGAH – Venda de habitação pública municipal – Bairro da Bela Vista – Avenida da Bela Vista, n.º 8 – D 21

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 48 e 49, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

24. Deliberação n.º 212/20 – Proposta n.º 14/2020 – DOM/DIHAB – Protocolo de cedência de espaços municipais à Associação “GARRRBAGE”

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 50 e 51, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

25. Deliberação n.º 213/20 – Proposta n.º 15/2020 – DOM/DIHAB/SEGAH - Venda de habitação pública municipal – Bairro 25 de Abril – Rua António Aleixo, 6 – r/c Drt.

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 52 e 53, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

26. Deliberação n.º 214/20 – Proposta n.º 16/2020 – DOM/DIHAB/SEGAH – Venda de habitação pública municipal – Bairro da Bela Vista – Rua do Antigo Olival, 7 – A31

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 54 e 55, não tendo havido discussão sobre a mesma.

4

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

27. Deliberação n.º 215/20 – Proposta n.º 17/2020 – DOM - Empreitada de “Requalificação Urbana e Mobilidade da Avenida dos Combatentes e Avenida 22 de dezembro” - Concurso Público – Adjudicação

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 56 a 58.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que a empresa que tinha ganho tinha sido por um preço abaixo do valor base, mas muito inferior às outras propostas, cerca de 20% a 25% inferior, desejava que a empresa conseguisse efetivamente concluir o processo, a obra, porque não era bom sinal quando aquelas coisas aconteciam, era bom sinal para quem adjudicava, mas podia não ser bom sinal para o resultado.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

28. Deliberação n.º 216/20 – Proposta n.º 53/2020 – DCDJ/DICUL – Doação de receita do concerto DAMA à GDA – Gestão dos Direitos dos Artistas

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 59, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

29. Deliberação n.º 217/20 – Proposta n.º 54/2020 – DCDJ/DICUL – Isenção de taxas de cedência em equipamentos culturais municipais

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 60, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

30. Deliberação n.º 218/20 – Proposta n.º 55/2020 – DCDJ/DIDES – Protocolo de colaboração com a Belcamp Tennis Club, para a dinamização dos Campos de Ténis da Urbanização “Águas de São Lourenço”

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 61 e 62, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

4

31. Deliberação n.º 219/20 – Proposta n.º 15/2020 – DES/DIAPE – Ação Social Escolar 2020/2021 – Livros de Atividades

O Sr. Vereador Ricardo Oliveira leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 63, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

32. Deliberação n.º 220/20 – Proposta n.º 16/2020 – DES/DIAPE – Aceitação de doação - Programa Responsabilidade Social LACTOGAL - Bem alimentar o futuro é cuidar das crianças hoje

O Sr. Vereador Ricardo Oliveira leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 64.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que queria aproveitar para dar nota de que no seguimento daquele encontro, a Lactogal tinha-se disponibilizado para oferecer mais leite, para aquele período de verão, que iria ser distribuído em articulação com as iniciativas que a Câmara tinha estado a desenvolver na Proteção Civil, no apoio às famílias de Setúbal, para distribuição daquele alimento essencial à vida.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

33. Deliberação n.º 221/20 – Proposta n.º 17/2020 – DES/DIAPE – Proposta de Alteração ao Regulamento Municipal de Transportes Escolares

O Sr. Vereador Ricardo Oliveira leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 65 e 66, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Referiu que no fundamental das propostas ali presentes, tinha a ver com a adequação do regulamento de transportes escolares à nova realidade tarifária na Área Metropolitana de Lisboa, que necessitava daquela adaptação ao regulamento municipal de transportes escolares.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sra. Dra. Sílvia Gomes da Silva – Disse que não era de Setúbal, achava que todos os presentes sabiam, mas que estava em Setúbal desde 1993. Não tinha estudado no Liceu de Setúbal, nem naquela cidade. Tinha estudado noutra liceu, mas tinha tido os seus dois filhos mais velhos em Setúbal, a estudarem no Liceu de Setúbal.

Tinha feito sempre parte da Associação de Pais, o seu filho mais velho, presentemente estava no 5.º ano de medicina, os filhos da Sra. Arquiteta Eugénia, tinham sido colegas desde a secundária, tinha feito parte da Associação de Pais desde sempre, portanto já há algum tempo que andava naquelas andanças.

Fazia parte da Associação de Pais, quando o teto do ginásio tinha caído, por acaso tinha ruído num domingo, mas poderia ter sido num dia de aulas. Fazia parte da Associação de Pais que tinha visto o teto da biblioteca ruir, que por acaso também tinha sido num fim-de-semana, mas poderia ter sido num dia de semana. Fazia parte da Associação de Pais, quando deixou de ser possível dar aulas, na sala de geografia. Também fazia parte da Associação de Pais quando a ligação entre a parte nova e a parte velha do Liceu tinha começado a ter problemas estruturais. Tinha lutado sempre, desde o momento que tinha entrado para a Associação de Pais. Entretanto tinha deixado de fazer parte da Associação de Pais porque tinha deixado de ter filhos com idade de andarem no Liceu, mas no corrente ano tinha tido um convite para integrar o Conselho Geral do Liceu. Na primeira reunião lançou o repto ao Sr. Vereador e perguntou-lhe se não seria possível em reunião de Câmara uma aprovação, ou outra coisa, para ver se seria possível obrigar o Sr. Secretário de Estado e o Ministério a mexerem-se. Também tinha tido uma grande ajuda do Sr. Vereador Paulo Lopes nas obras que tinham sido efetuadas, nos problemas da ligação entre a parte antiga e a parte nova da escola, porque havia cerca de dois anos que essa parte tinha sido arranjada.

A forma como a estrutura daquela escola estava era perigosa, poderia derrocar em qualquer altura o teto de uma sala. Pelas janelas entrava frio e chuva, os miúdos não tinham condições para estarem ali. E, no entanto, tinha perguntado ao Sr. Diretor, aquela escola, tinha sido a segunda escola do distrito de Setúbal, no ranking das escolas, à frente deles tinha ficado uma escola de Santiago do Cacém. Ou seja, apesar dos alunos do Liceu de Setúbal, terem aquelas condições, conseguiam ter aqueles resultados.

Pedi aos Srs. Vereadores, à Câmara, não era nada para ela, os seus filhos já não andavam naquela escola, para junto do Sr. Ministro da Educação, achava que o Ministro das Finanças já não era o mesmo, já não era aquele que tinha a chave do cofre, ver se conseguiam fazer alguma coisa, aquilo estava mesmo perigoso.

Tinha falado com o Sr. Professor Tildes algumas vezes pelo telefone e tinham equacionado pedir à Proteção Civil para impedir a lecionação de algumas aulas, numa das zonas do Liceu. Aquilo estava mesmo muito perigoso, era perigoso para os alunos. Agora estavam numa altura de pandemia, poucos alunos lá estavam, mas quando todos os alunos regressassem iriam correr um grande perigo. O Sr. Vereador Ricardo Oliveira sabia do perigo que os miúdos corriam ali e as condições em que aqueles miúdos estudavam e estavam naquelas aulas. No inverno, os miúdos iam para as aulas com cobertores, não podia ser, numa escola que tinha ficado em segundo lugar no ranking de um distrito, não podia ser.

Disse que queria agradecer imenso ao Sr. Vereador Ricardo Oliveira e toda aquela vereação, executiva e não executiva. Era público que não tinha cores políticas, era apartidária, ali estavam todos a trabalhar para a terra, em função da terra e o que interessava eram os interesses da terra. Agradecia aos Srs. Vereadores por terem tido o carinho pelo Liceu de Setúbal, apesar da responsabilidade não ser deles.

Sra. Presidente – Disse que agradecia o trabalho que a Dra. Sílvia tinha feito naquela escola, trabalhar para aquela escola, como a Dra. Sílvia tinha dito, era trabalhar para a terra. Agradecia também ao Sr. Professor Tildes e toda a comunidade educativa, que tinham ali feito um trabalho fantástico, faziam em todo o lado, mas ali, era uma coisa que lhes tocava mais próximo, era o nosso Liceu antigo, existia ali uma relação com o centro da cidade, com o núcleo central da cidade.

Num dia próximo tinham que voltar a falar porque tinham que acabar aquela obra, passava ali e não gostava de ver aquilo assim, para as outras pessoas podia parecer que estava inacabada, não era responsabilidade da Câmara, mas a Câmara tinha oferecido uma parte, e ia ter que oferecer o resto, porque se não ficava assim o resto da vida. Estavam a fazer uma obra parecida na Reboreda, que estava mesmo a acabar, estava lindíssima, um muro enorme, estava lindíssimo, tinham-lhe enviado fotografias do muro, que estava quase acabado, e eles tinham que ir ali, acabar o Liceu, porque era igual.

Mas achava que se vissem que aquilo iria demorar, tinham que tomar outra atitude, que era a de irem bater à porta e conversar, tinham que conversar. Compreendia que os problemas

4

eram muitos, por o país inteiro, compreendia isso, mas não podiam deixar que acontecesse alguma coisa às nossas crianças, aos professores, ao pessoal não docente, a quem lá estivesse. “Tem sido sorte”, costuma-se dizer: “Ao menino e ao borracho, põe Deus a mão por baixo”, e era o que tinha acontecido ali, mas não podiam estar sempre à espera da sorte, porque às vezes podia haver alguma distração da sorte e podiam ter ali um dissabor. Portanto, aquela moção ia ser entregue a quem de direito, mas achava que tinham que conversar, não para a próxima semana, mas para a seguinte, acerca de algumas coisas, para poderem tomar outras medidas. Agradeceu todo o trabalho feito.

Sr. Augusto Cruz – Disse que a democracia tinha que ser feita em todos os lados, ali também. A senhora que tinha falado não estava inscrita, fosse ela quem fosse e ele estava à frente. Era democrata a 100% e não queria que lhe passassem à frente.

Sra. Presidente – Disse que se estivessem as outras duas senhoras, que se tinham inscrito para falar, tinham prioridade, mas como elas já não estavam presentes, e a senhora tinha que acabar aquela intervenção, tinha sido por causa disso, sabia que as outras duas senhoras já não estavam.

Sr. Augusto Cruz – Disse que tinha sido alvo de um crime hediondo dos vereadores da Câmara. A traição moral não ia ficar impune. Não gostavam da sua frontalidade. Ódio e inveja eram palavras que não entravam nele. Era feliz e dormia descansado.

Já tinha enviado à Sra. Presidente duas missivas e que ainda não tinha obtido resposta. Era o sistema do costume.

Tinha corrido com o fenómeno chamado Mata Cáceres. Tinham sido os cidadãos que lhe tinham manifestado pedidos constantes. Atualmente estavam muito mais à vontade para se defenderem. Essa era uma obrigação dele. Não só sabiam a Constituição como aprendiam a defender-se em todas as circunstâncias, como ele se defendia, sem medo, porque tinha uma ideia delineada do interesse geral.

Perguntou à Sra. Presidente o que é que ela tinha feito em todos aqueles anos. Não tinha correspondido minimamente. Tinha descoberto uma maldade e tinham-lhe feito uma barbaridade. Era honesto e ninguém lhe podia apontar nada. A verdade era só uma. Nunca tinha tido um rabo-de-palha nem um telhado de vidro.

Sr. Manuel Fernando Batista – Disse que era Guarda Prisional, não pretendia falar na sua profissão, mas para dar um melhor enquadramento, tinha optado por o referir.

Quando ia trabalhar, estacionava o seu carro, na rua, junto ao muro do Estabelecimento Prisional, naquele sitio não existiam câmaras de obtenção de imagem, nem torre de vigia, porque os carros dos guardas prisionais não estavam autorizados a ficarem no parque, dentro da zona prisional, presentemente já se podia estacionar, “depois de casa roubada, trancas à porta”.

No passado dia 20 de maio, quando se encontrava de serviço no Estabelecimento Prisional de Setúbal, por volta das 4 horas da manhã, o seu carro tinha sido regado com uma substância inflamável e tinha sido incendiado. Tinha sido a Câmara que tinha ido buscar a viatura para a levar para a sucata.

O seu carro tinha sido incendiado por uma pessoa que vivia no mundo do crime, que já tinha estado várias vezes naquele estabelecimento prisional, em cumprimento de pena. A pessoa em causa “não ia à bola com ele”.

Ele estava dentro de um estabelecimento prisional a exercer as funções pagas pelo estado, era natural que tivesse que agir em conformidade com a lei, compreendia que por vezes, eles não gostassem da postura dos guardas prisionais, porque tinham que lhes apreender telemóveis, estupefacientes, mas isso fazia parte da sua profissão e era para isso que era pago.

A pessoa em causa, e os seus familiares, por várias vezes o tinham atacado, a ele e à sua família, com dois pastores alemães, raça identificada como potencialmente perigosa. Tinham

soltado os cães contra ele e contra a sua família. Tinha sido mordido, perto do infantário “Voar mais Alto”, na Quinta da Amizade, onde vivia e que infelizmente, sem saber tinha adquirido um lote, sítio onde aquelas pessoas também viviam. Tanto ele como a sua família viviam aterrorizados.

Visto que ele estava ao serviço da República Portuguesa, e em prol da segurança pública, tinha ido ali, pedir à Câmara, como poder local, que fosse ressarcido pelo dano que tinha tido. Tinha ficado sem a sua viatura nova, um Nissan Qashqai, no valor de vinte e três mil euros, enquanto estava no exercício da sua profissão, a causa do seu dano tinha sido em função da profissão que exercia.

Sra. Presidente – Disse que o Senhor Manuel Fernando Batista, tinha que se dirigir ao poder central, não ao poder local, porque o senhor estava a trabalhar, para o poder central, para todos nós, mas era funcionário do governo. O que lhe tinha acontecido tinha sido um crime, era um processo-crime, tinha que ir fazer queixa à polícia, e se fosse provado que tinha sido aquele senhor, referido pelo Sr. Manuel Fernando Batista, que lhe tinha causado o dano ao carro, ele tem que lhe pagar o carro, não era o poder local que lhe tinha que pagar o carro. Quem tinha que pagar era a pessoa que tinha feito o crime.

Sr. Manuel Fernando Batista – Disse que a Polícia Judiciária estava a investigar, já tinha escrito ao Sr. Presidente da República, ao Sr. Primeiro-Ministro, à Sra. Ministra da Justiça e ao Sr. Diretor Geral dos Serviços Prisionais e até agora nada.

A pessoa em causa, alegava, num processo que ele tinha consultado em tribunal, que já estava transitado e julgado, que era uma pessoa carenciada, mas os pais tinham uma vivenda de mais de trezentos mil euros, tinham motos, Audi's, BMW's. E o relatório da reinserção social dizia que o senhor era um “coitadinho” e que tinha que se lhe dar uma oportunidade porque a vida dele desde a infância tinha sido a delinquência.

A Câmara era o poder local, ele estava ao serviço do Estabelecimento Prisional de Setúbal, ele estava a garantir a segurança do município.

Sra. Presidente – Disse que garantidamente não era o município que pagava aquilo, nem estava na lei, nem sabia qual seria o enquadramento que tinha para lhe pagar aquilo.

Se tivesse o carro na rua e tivesse passado um carro do lixo e desse cabo do carro ou tivesse caído uma árvore em cima, a Câmara tinha seguro para pagar essas coisas, agora se era um crime a Câmara Municipal não podia pagar isso. Perguntou ao Sr. Manuel Fernando Batista se ele não tinha seguro contra todos os riscos.

Sr. Manuel Fernando Batista – Disse que tinha um seguro comum, contra terceiros, era só ele a trabalhar, tinha dois filhos, um na escola superior o outro do 12.º ano, um guarda prisional não ganha para ter seguro para todos os riscos.

Aquele individuo tinha sido apanhado no dia 21, estava no EPL e gabava-se, de lhe ter incendiado o carro, por causa da queixa, que tinha feito, referente ao ataque dos cães que ele e a sua família tinham sofrido.

Tinha ficado estupefacto, quando tinha ido consultar o processo, porque ele tinha sido preso por outro processo que já tinha transitado em julgado, e dizia lá que o senhor era carenciado.

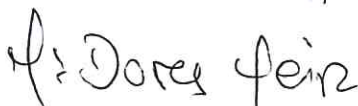
Um individuo que foi preso, quando tinha 17, quase dois anos, já tinha estado preso várias vezes naquele estabelecimento prisional, em cumprimento de uma pena de 12 anos, tinha cumprido oito anos, o nono ano tinha estado com pulseira eletrónica, quando saiu, cometeu mais uma série de delitos, voltou para a prisão mais 5 meses e voltaram a coloca-lo novamente com pulseira eletrónica, em vigilância eletrónica. Tinham-lhe dado oportunidade para ele fazer aquilo ao seu carro. O estado não estava a assegurar a segurança dos seus cidadãos, ele também era um cidadão, para além da sua profissão, também era um cidadão, e tinha sido lesado, ainda mais exercia aquela função em prol da sociedade.

A Sra. Presidente submeteu à votação e aprovação as deliberações tomadas em minuta, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, a Sra. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram vinte horas e trinta minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do Artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

A Presidente da Câmara,



Maria da Dores Marques Banheiro Meira

Esta ata que foi aprovada em reunião de Câmara de 15 de julho de 2020, por unanimidade, contém 37 folhas numeradas e rubricadas pela Sra. Presidente da Câmara.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Ata elaborada por:
Carlos Mendes
Aldora Poeira

Conferida por:
Ana Paula Lico

Revista por:
Paulo Hortênsio